



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 04

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

29 de Setembro de 2018



RPALves

Assembleia Municipal

ACTA N.º 4

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Manuel Augusto Simões Rodrigues, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Rogério Gonçalves Pereira, em substituição de Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Afonso Henrique Tavares Ferreira, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Rita Sópia Gaspar Marques, em substituição de Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Maria do Céu Alves Paulino, em substituição de Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, João José Monteiro Figueira, em substituição de Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandra Brandão Simão, Margarida Teresa Abranches Freire Figueiredo, em substituição de André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Mário Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; pelo Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Ana Rita Silva Gonçalves; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; pelo Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Paulo André Costa Pinheiro; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares.-----



RPALus

Assembleia Municipal

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados municipais Fernanda Maria Marques Pacheco; André Rodrigues Vicente; Elisabete Simões Oliveira; Sara Rita Rodrigues Pedroso; Mário Pereira Gonçalves; Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa e Presidente da Junta de Freguesia de Folques.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

PERIODO DO PÚBLICO

-----Teve a palavra a senhora dona **Fernanda Pedro**, residente em Parrozelos, da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, tendo dito que vem com mais 3 moradores, estrangeiros, uma senhora inglesa que é pastora, e que vive nos Parrozelos há mais de 6 anos; os outros dois são holandeses, a senhora é casada, o marido não está cá neste momento, e o outro senhor vive sozinho, dizendo ainda que, dentro de poucos dias terão mais dois estrangeiros a viver nos Parrozelos; que, felizmente, são pessoas muito boas, que estão a trazer outro modo de vida, outra vivência, para os Parrozelos e que para os moradores isso é muito gratificante. Vieram hoje a esta sessão da Assembleia Municipal porque é aqui que devem trazer alguns dos seus problemas. Os senhores estrangeiros falam medianamente o português, mas pediram à dona Fernanda que ela fosse a porta-voz dos problemas deles e dos problemas dos Parrozelos. Referiu que a senhora inglesa tem um rebanho de cabras, tudo legalizado, e que, durante muitos anos, tem tido muitos problemas com a questão da água, porque as cabras têm que beber água corrente, porque não se sabe em que estado está a água da ribeira; na primavera passada comprou uns depósitos de água porque queria garantir que não lhe faltava a água para as cabras, porque todos os anos falta água nos Parrozelos, e isso fez muita confusão a algumas pessoas, inclusive à Comissão de Melhoramentos. No inverno, depois dos incêndios, toda a água da chuva vai para a valeta e é toda encaminhada para dentro do curral das cabras. Pedem constantemente à Junta de Freguesia para limpar, mas, neste momento, está tudo entulhado; se vem uma chuvada, tudo vai para o curral das cabras. Disse ainda que têm uma represa, que é a única represa que os pode salvar, e que os bombeiros pediram para estar sempre cheia de água, porque nos Parrozelos, felizmente, não ardeu tudo, há muito pasto, e muito verde, e



RPALWS

Assembleia Municipal

essa represa está constantemente a ser furada, não sabem por quem, têm que andar constantemente a tapá-la. Referiu ainda que na sua rua, a Rua da Fonte Velha, onde vivem 5 pessoas, no inverno passado entrou imensa água, porque o chão está cimentado mas está todo partido; o próximo inverno vai chegar, e as casas vão meter água novamente. Referiu ainda que, para ter acesso a essa rua têm que subir 75 degraus, e que existe um corrimão, para as pessoas se apoiarem, mas esse corrimão está interrompido, estragado, parcialmente, há anos. A dona Fernanda deixou o convite aos senhores deputados municipais que queiram visitar os Parrozelos, para o fazerem, para verem o que se passa.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** passando a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

1 - Leitura do expediente. -----

-----O Primeiro Secretário, Senhor deputado municipal **António Gonçalves Cardoso**, informou que “de José Cavalheiro, convite à participação na discussão no Programa Nacional para a Coesão Territorial; de Mário Assis Ferreira, oferta à Assembleia Municipal do livro Fogo e Paixão; da empresa Águas de Coimbra, convite para a exposição/instalação Betão – Luz - Artefactos, de 17 de Agosto a 23 de Setembro de 2018; do Ministério da Administração Interna, carta do Senhor Ministro Eduardo Cabrita sobre a lei nº 50/2018; da FENPROF, apelo às Câmaras e Assembleias Municipais sobre a lei nº 50/2018; da Comissão de Melhoramentos e Beneficência do Pisão, convite para o almoço anual de convívio, no dia 5 de Outubro de 2018; de Miguel Regada, envio de proposta 669, sugerindo a sua integração no Orçamento Participativo; de NAUTILUS, envio de catálogo de mobiliário escolar e pedido de reunião; da empresa Águas de Coimbra, convite para a exposição/instalação Grãos de Mar - Lugar de Identidade e Memória, de 1 de Outubro a 2 de Dezembro de 2018; da Assembleia Municipal de Mogadouro, envio de certidão de moção aprovada sobre aprovação na Assembleia da República da Resolução nº 1502, sobre Portugal 2020; da Associação Nacional de Assembleias Municipais, pedido de informação sobre a adesão da Assembleia Municipal de Arganil àquela Associação; da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, envio de moção sobre o encerramento do balcão de Arazede da Caixa Geral de Depósitos; do Grupo Parlamentar Os Verdes, envio de comunicação sobre Taxas Municipais de Direitos de Passagem; do Grupo Parlamentar do PSD, envio de comunicação sobre Taxas Municipais de Direitos de Passagem; do Grupo Parlamentar do PS, convite à participação na discussão pública do projecto de lei de bases da habitação; do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, lei-quadro da



RPA Lus

Assembleia Municipal

descentralização, lei nº 50/2018; da Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça, convite para a festa das vindimas, dia 1 de Setembro de 2018; do senhor deputado António João Lopes, envio de uma carta de Sara Marques, da Benfeita; da Assembleia Municipal de Boticas envio de documento do Tribunal de Contas; da Assembleia de Moradores de Casal de S. João, convite para a comemoração do 43º aniversário do Rancho Folclórico As Flores.”-----

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

2 - Discussão e votação da Acta da Sessão nº 3, realizada no dia 16 de Junho de 2018.-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta foi aprovada por maioria, com cinco abstenções e vinte e nove votos a favor.-----

3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** dizendo que “vou fazer uma inevitável referência à recente consignação da beneficiação de uma parte da E.N. 342; obviamente que esta bancada se congratula com a notícia. Após mais de uma década de falsas promessas, avanços e recuos, foi finalmente possível concretizar uma obra tão ansiada. Lamentavelmente, esta obra fica muito aquém do que todos pretendemos e merecemos; esta consignação sabe a muito pouco, depois do que se ouviu prometer desde 2008. Façamos um breve mas necessário exercício de memória: nessa altura, 2008, aqui mesmo, nestes Paços do Concelho, foi vendida a ilusão da construção de um novo traçado para a E.N. 342, que iria reduzir distâncias, intra e inter municipais, mas que afinal nunca saiu do papel. Em 2015 chegam finalmente boas notícias, a requalificação da estrada no troço Arganil – Côja e ligação a Avô e à E.N. 230, com a presença do então ministro Poiares Maduro, também aqui nos Paços do Concelho; seria uma intervenção com cerca de 25 quilómetros de extensão e seria lançada, ao que tudo indicava, no início de 2016; entretanto dá-se a chegada do PS ao Governo, em Outubro de 2015; apesar de vencer as eleições, o PSD não formou Governo e avançou a solução de coligação maioritariamente socialista. Qual foi o resultado? Pára a obra que meses antes fora anunciada, arquivada por força de constrangimentos orçamentais. A beneficiação actual é muito bem-vinda, claro está, porém, temos que referir que só depois de múltiplas diligências e pressões deste município é que se resolveu um impasse que durava desde essa altura. Consignada no dia 11 de Setembro, esta empreitada, no troço compreendido entre Arganil e Côja, resulta num investimento de cerca de 1,6 milhões de euros, com um prazo de execução de 180 dias. De fora, por questões



RPAL

Assembleia Municipal

orçamentais, segundo a Infra-estruturas de Portugal, ficou o troço compreendido entre Côja e Avô, com a promessa de que esta segunda fase da empreitada seria lançada no início de 2019. E aqui, cabe-nos questionar: será que daqui a 4 meses vamos estar aqui a saudar o lançamento do concurso público para esta segunda parte, que nunca deveria ter sido separada da primeira? Porque é que não se avançou na primeira fase até ao chamado cruzamento dos Vales, que dá acesso a todo o alto concelho, freguesias de elevado potencial turístico, Cerdeira, Moura da Serra, Benfeita, Piódão? O município apresentou essa sugestão à tutela e foi negada. Finalmente, sem pôr em questão a necessidade da observância orçamental, os constrangimentos financeiros seriam de tal maneira impeditivos neste caso de necessidade? Quando sabemos que o Fisco desistiu de cobrar à Brisa, um concessionário privado, 125 milhões de euros? Quando há um Relatório da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, um organismo independente, que funciona com a Assembleia da República, a confirmar um perdão de dívida aos bancos, de mais de 600 milhões de euros em 2017? Será que um valor de apenas 3 milhões e meio para beneficiar a metade que falta, seria tão danoso para as contas públicas? Não deixa de ser revoltante, o nosso território desgastado pelas consequências da tragédia do ano passado, não conseguiu obter reforços ou sequer medidas de discriminação positiva; não conseguimos compreender como não é possível fazer desta obra um sinal mais positivo para a recuperação da nossa região. É claro que nos congratulamos com a consignação da obra, mas não estamos satisfeitos. Estamos aqui para representar os interesses superiores do município e não esperem de nós uma atitude servil. Sabemos que há dificuldades, mas não vamos no discurso dos coitadinhos, para quem chega a avisar de véspera, que se vão entregar umas migalhas. Tratando-se de investimento essencial para o território, que contribui em grande medida para o seu desenvolvimento e coesão, cabe-nos continuar a reivindicar e a lutar pela sua concretização junto do Governo de Portugal, seja ele constituído por quem for, com a mesma determinação, firmeza, como temos feito.”----

-----Foi dada a palavra à senhora deputada municipal **Ana Sofia Antunes** que disse usar da palavra “neste período Antes da Ordem do Dia, e estou certa que acompanhada pelos meus colegas de bancada e por muitos daqueles que constituem os munícipes deste concelho, para me congratular pela assinatura do auto de consignação, que teve lugar no passado dia 11 de Setembro, e ao abrigo do qual, teremos em breve o início das obras da E.N. 342. Contrariamente à intervenção que tivemos o gosto de ouvir anteriormente, devo dizer que, sendo esta uma expectativa de toda a população que se estende há praticamente uma década, é bom sentir que é neste momento que ela se concretiza. Não só porque quando falada e quando reivindicada, muito justamente, nos anos de 2008 a 2010, ela não foi lançada pelas razões que todos conhecemos e pelas gincanas políticas a que todos assistimos no ano de 2011, mas porque, acima de tudo, vivemos 4 anos de marasmo político neste país, que a nada conduziram. Esse marasmo político, uma



RPALus

Assembleia Municipal

vez mais se consubstanciou quando o grande número político de Poiães Maduro teve lugar, neste município, em 2015, em que uma vez mais temos uma grande promessa, daquilo a que se chamam migalhas de 3 milhões e meio de euros, que não teve lugar, que não aconteceu, que uma vez mais foi uma promessa sem concretização; e é nesse sentido que eu me congratulo; congratulo-me por fazer parte, por ser uma cidadã de um país onde um Governo promete que vai fazer algo e cumpre. E ainda que essa promessa não seja totalmente concretizada, numa primeira fase, como nunca foi prometido que fosse feita toda numa fase, mas aquilo que foi prometido foi concretizado. E teremos a obra no valor de mais de um milhão e meio de euros para fazer esta primeira parte da obra, na E.N. 342 e certamente teremos ainda a possibilidade de assistir à concretização dos resto da obra, porque ao contrário de quem, durante 4 anos muito falou, e pouco fez, aqui fala-se e faz-se, com uma diferença, é que até 2015, se falava, pouco se fazia, fazendo sofrer e cortando nas bases daqueles que eram os mais pobres, os mais debilitados e os mais necessitados; agora faz-se o contrário e mais: indo-se além daquilo que eram as exigências e que serviam de desculpa para tudo como sendo as exigências da TROIKA. Aqui faz-se diferente, não se corta, repõem-se rendimentos e, ainda assim, consegue-se apresentar obra.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Inês Borges** para dizer que “cabe-me falar de alguns pontos que foram acontecendo na parte da juventude, com o apoio da Câmara Municipal de Arganil, nomeadamente o Dia Internacional da Juventude, assinalado no dia 12 de Agosto, com um programa bastante diversificado, repleto de aventura e que se estendeu por vários pontos do concelho; apelou-se ao espírito mais aventureiro, de mais de 50 jovens, que participaram nestas comemorações, junto a vários pontos, destacando-se pelo nosso concelho de Arganil. No fim destas actividades tivemos mais um evento uma novidade, para além do sunset, organizado com a parceria do CLDS, foi também realizado o summerfest, organizado em colaboração com as 3 associações, nomeadamente a Associação Juvenil CUME, Projecto Radical e Chama Viva, que, relembro, são as 3 instituições que também organizam o Arganil Rock. Congratulá-los por esta iniciativa porque meteram mãos à obra e concretizaram mais um projecto diferente para a nossa vila, trouxeram mais festa até nós. Também congratular-me por uma iniciativa da Câmara Municipal, juntamente com a Junta de Freguesia de Benfeita, o Agrupamento de Escolas de Arganil, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e a Escola Superior Agrária de Coimbra, o projecto exploradores Serra do Açor, que decorreu nos dias 10 e 13 de Setembro, em que também, durante vários dias, puderam usufruir das nossas paisagens, do nosso concelho de Arganil.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Manuel Augusto Rodrigues** tendo dito que “tive oportunidade, em fins de Julho, na minha actividade profissional, de ouvir a viúva do ex funcionário da Câmara, o falecido António Martins; a senhora



RPALuz

Assembleia Municipal

estava num quadro de uma ansiedade extrema e mesmo um quadro depressivo, porque, da parte da Câmara, disse-me ela, gostaria depois de ouvir da parte do Senhor Presidente se efectivamente as coisas se passaram assim ou não, nunca a Câmara tinha assumido a morte do marido como um acidente de trabalho; pela própria Ação Social da Câmara tinha sido dito à senhora que os acidentes de trabalho não cobriam a morte; a senhora estava num quadro muito, muito grave, e eu disse-lhe que ela iria ter direito a ser ressarcida por morte por acidente de trabalho, porque a lei geral do trabalho assim obriga. Entretanto soube que a senhora recebeu o equivalente a 12 meses do salário do falecido marido, eu julgo, por aquilo que tenho conhecimento, que terá sido o subsídio do funeral, que pode eventualmente ser equivalente, uma vez que pode ir a 1.1 do apoio social, que no ano passado era cerca de 5.600,00€; terá sido eventualmente isso que a senhora recebeu, mas nunca teve qualquer apoio da parte da Câmara, no sentido de lhe dizerem que ela tem direito a uma indemnização que, face à lei geral do trabalho, corresponde a 30% até à idade da reforma do trabalhador e que, a partir daí, é de 40% por ano, do vencimento que o trabalhador ou trabalhadora tem, até o cálculo, que será o próprio Tribunal do Trabalho decidir em face da esperança média de vida. Gostaria que a Câmara esclarecesse a Assembleia porque acho que depois da tragédia que foi a morte da pessoa, a viúva não ter realmente um momento de apoio da parte da Câmara Municipal.-----

-----Relativamente ao assunto que foi debatido anteriormente, por dois deputados municipais, sobre as obras na E.N. 342, eu queria, mais uma vez, lembrar que as grandes obras no concelho de Arganil foram sempre feitas, quando estavam Governos do PS a governar; enumerem-me uma grande obra que tenha sido feita, no concelho de Arganil, por governos chefiados pelo PSD.”-----

-----Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “é importante haver alguma síntese, por parte dos senhores deputados, de maneira a que todos possam intervir, uma vez que aqueles que o farão no final do período terão menos tempo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **João Figueira** dizendo que “não querendo deixar cair o assunto da E.N. 342, permitam-me responder àquilo que o senhor deputado acabou de dizer; não são só as grandes obras que são feitas por Governos PS, pois neste caso estamos a falar de uma pequena obra, não estamos a falar de uma grande obra; na verdade, acho que as obras na E.N. 342, ao terminarem em Côja, e reitero aquilo que a senhora deputada disse há pouco, ao ficar em Côja, e não chegar pelo menos aos Vales, é de não compreender o território; não basta o Governo ter vontade de realizar obra, no sentido de melhorar as acessibilidades, mas tem que pensar o território, de que forma é que isso é útil, ao deixá-la por Côja e deixar de fora as freguesias do alto concelho, Benfeita, Cerdeira e Piódão, pelo menos estas, acho que acaba por não ser uma grande obra, mas uma



RPA Lus

Assembleia Municipal

pequena obra; se isso é um motivo de orgulho do Governo, de realizar pequenas obras, então conseguiu, esse objectivo está conseguido, mas mais, já agora e no âmbito das acessibilidades, não estritamente no que diz respeito ao concelho de Arganil, mas que também tem impacto nesta região, espero com alguma expectativa, aliás, pouca expectativa, de também aquilo que um dia já foi o caminho-de-ferro de Arganil, não seja um dia realizado como uma espécie de transporte “gambuzino”, que não se percebe muito bem o que é; aquilo que um dia já foi a linha de caminho-de-ferro de Arganil, para se transformar num outro qualquer sistema de mobilidade que permita as acessibilidades com impacto no concelho de Arganil. Já agora, espero que também seja realizado como grande obra aquele expectável e também prometido, um aeroporto para o distrito de Coimbra, que também poderá ter impacto nas acessibilidades ao centro do país, sendo Arganil um concelho com interesse turístico, também virá a beneficiar muito disso. No âmbito das acessibilidades era isto que queria dizer.-----

-----Queria chamar a atenção para um assunto e queria convidar o senhor Presidente da Câmara a pronunciar-se publicamente sobre isto: outro dia vi uma reportagem sobre um congénere seu, presidente da Câmara de Santa Maria da Feira, salvo erro, que elaborou um projecto, nessa Câmara Municipal, de trazer de volta ex-habitantes que tivessem abandonado em gerações anteriores, trazê-los de volta à sua terra; e pelos vistos está a ser razoavelmente bem-sucedido; queria saber se a Câmara de Arganil ou nesta Assembleia, se poderá pensar em fazer uma coisa semelhante, porque não basta elogiarmos e sentirmos muito orgulho na diáspora arganilense, mas a diáspora arganilense significa que se vão embora e que não voltam; podemos ficar muito contentes com os estrangeiros que vêm para cá viver mas era bom também pensarmos que este território, o nosso território, também podia ser aquele que trazia as pessoas que se foram embora de volta para cá. Isso, penso eu, que seria um desígnio que nos vincularia a todos e com o qual temos obrigação; não existe território, não existe orgulho arganilense sem arganilenses. E nós, já há muitas décadas que não temos tão pouca gente como agora; será que podemos fazer alguma coisa para inverter isto?-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** dizendo que “como ponto prévio, gostava de dizer algo sobre a intervenção do público; julgo que quando estas sessões são abertas e temos munícipes e cidadãos que vêm pôr uma questão que para eles é importante, julgo que merecem, da parte do executivo e dos órgãos eleitos, uma palavra nem que seja de conforto, nem que seja de respaldo, porque não há problemas pequenos, não há cidadãos de segunda, não há terras de segunda, não há interesses prioritários, os problemas dos munícipes do concelho de Arganil, são os problemas do concelho de Arganil. Julgo que uma palavra nem que fosse só a agradecer a presença, dizendo que verão o que poderão fazer, porque os cidadãos têm os seus problemas e os problemas deles são de nós todos; era apenas



Assembleia Municipal

uma pequena ressalva sobre este assunto que acho que o senhor Presidente ainda está a tempo de resolver.-----

-----Em relação à E.N. 342, gostava apenas de dizer que parece-me que esta discussão é importante, mas estamos aqui às vezes a discutir e a lutar, parece uma realidade paralela, que às vezes roça até o ridículo, com todo o respeito; estarmos a dizer que o PSD ou o PS não faz obras grandes, faz obras pequenas, isso é de uma olímpica irrelevância, em relação aos problemas diários de quem tem que passar na estrada todos os dias. Queria apenas dizer que me parece que é um topete algo atrevido até, da parte do PSD, pôr em causa uma intervenção que é possível, que é de mais de um milhão e meio de euros, que, se não fosse investido em Arganil, podia ser em qualquer um dos outros 300 municípios, e é investido em Arganil; por um Governo do partido socialista, é verdade, calhou, mas também calhou, nos últimos anos, quem agora se arroga sobre o facto do investimento ser até ali, ou menos cem metros ou mais cem metros, e devo informar que chega aos Vales, são os mesmos que nos últimos anos investiram, como diria o Jorge Jesus, bola! Que topete, que autoridade moral ou política tem o PSD, de dizer que é pouco ou que é muito, quando nem um cêntimo investiu? E a E.N. 342 não precisa de intervenção só de há cinco anos para trás, ou de há 6, ou 7, ou 10; é legítimo e é natural que queiramos mais, e a nossa próxima luta será certamente a continuidade, tanto numa direção como noutra, na requalificação de uma via fundamental. Mas que diabo, é uma intervenção e uma escolha e uma prioridade do Governo no nosso município e acho que temos que nos congratular por isso. A intervenção do partido socialista, seja a nível local, seja a nível nacional, sempre foi de objectivo comum de intervir na E.N. 342, seja qual for o Governo que estivesse no poder e eu gostava que o PSD pudesse dizer o mesmo e, infelizmente, julgo que não pode.-----

-----Queria colocar umas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal; na Assembleia Municipal de 25 de Abril o Senhor Presidente garantiu que as obras na vila iriam começar em Outubro de 2018; gostava que nos desse a garantia que isso vai acontecer, realmente.-----

-----Julgo que teremos uma Assembleia específica para discutir o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que esteve em consulta pública, gostava que me confirmasse isso, para depois podermos escarpelizar mais a sério esse documento, contudo, devo dizer que nos agradou o facto de nesse projecto ser assumido como promessa do município ter até ao final de 2020 a intervenção no cineteatro Alves Coelho, as obras no espaço público da vila, intervenção na Câmara Municipal, recuperação da Casa dos Magistrados, recuperação da Residência Feminina, recuperação do Mercado Municipal, resolver o problema da demolição na Praça Simões Dias que é uma vergonha, que é uma vergonha; eu imagino o que não se diria se aquela demolição tivesse sido feita por um privado; se fosse um imóvel de estatuto particular, privado, de um arganilense que tivesse o espaço assim, imagino o que é que esse cidadão sofreria; e ainda a recuperação da antiga escola primária para arquivo municipal e manual de boas práticas de intervenção no espaço. Estas



RPALus

Assembleia Municipal

promessas estão todas plasmadas nesse documento e agrada-nos muito que assim seja.-----

-----Gostava muito também de colocar uma questão, em relação a uma parceria que foi referida no final de 2017, em relação à intervenção pós incêndio, foi-nos falada uma parceria entre o município, a Escola Agrária de Coimbra a Universidade de Aveiro e o Instituto Superior de Agronomia, na definição na altura de um novo modelo florestal para o concelho; passou um ano, praticamente, e gostava de saber quando é que teremos a apresentação desse trabalho.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Margarida Figueiredo** referindo que “venho reforçar uma questão que o Dr. Nuno Espinal tencionava abordar, mas dadas as consequências do seu afastamento neste momento, ele não o pode fazer e eu sei que era de interesse dele falar sobre as Jornadas do Património Local que aconteceram durante o mês de Agosto/Setembro; dar também os parabéns ao município por ter feito esta iniciativa em especial à Dr.ª Paula Dinis, que sentimos uma sensibilidade muito grande neste âmbito e nesse ponto queria falar especialmente sobre Vila Cova de Alva, da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, em que estive presente nessa jornada; confesso que senti na aldeia uma agitação positiva, foi muito bom ter as pessoas presentes a visitarem, chamar a atenção para o património rico que tem a nossa União de Freguesias e mais propriamente neste caso a aldeia de Vila Cova de Alva. Sei que não é fácil ir pela E.N. 342 até Vila Cova do Alva, ainda mais que o muro que está à entrada da vila, já há muitos anos que está em situação caótica e as pessoas têm mesmo dificuldade e medo de lá passar; sei que agora vai ser intervencionada essa parte, era muito importante que a E.N. 342 seguisse até ao limite do concelho; não é fácil para as pessoas que, como eu, por exemplo, que trabalho num outro concelho perto, em que os acessos que tenho para esse concelho são realmente muito melhores do que quando venho para Vila Cova e eu venho muitas vezes durante a semana a Vila Cova, e não é fácil fazer uma viagem até Vila Cova e voltar, porque chegamos a um ponto e é tanto da zona dos vales como do lado do Barril, que agora está melhor, mas houve ali uma altura muito má; queria reforçar a ideia de convidar as pessoas a ir lá e para ver os monumentos. Sei que não devem conhecer. Queria falar da Igreja da Misericórdia, que está a precisar urgentemente de uma intervenção; a Igreja Matriz e muito bem, está a ser intervencionada, a Igreja do Convento era aquela para que queria chamar mais a atenção; já lá estive o arqueólogo da Câmara, fez uma pré visita antes das Jornadas do Património, mas penso que as pessoas não devem conhecer o que lá temos e na Igreja do Convento temos um coro que, quando lá estamos em cima sentimos que vimos cá parar abaixo, espero que não aconteça isso, mas temos também um órgão de tubos que não funciona, está completamente abandonado, temos um cadeiral que será o único no concelho de Arganil, que está completamente abandonado, temos uma sacristia completamente vandalizada, só foi tapada por grades que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova disponibilizou



RPAlva

Assembleia Municipal

para lá pôr e tem os caixotões do tecto todos a cair e quando entramos, temos medo que algum venha directo à nossa cabeça, porque está exactamente assim; penso que o município tem as fotos e que as pode documentar; inclusivamente o senhor padre já retirou o culto da igreja, até já fez uma transladação de santos, isso faz-me lembrar em tempos o que aconteceu com um sino, que era para vir para Arganil e o povo de Vila Cova se manifestou todo e não deixou que o sino viesse para Arganil; neste caso ele mudou os santos para outro lado; ele quer retirar o culto porque acha que as pessoas não estão em segurança dentro da igreja. A Igreja do Convento é um monumento de interesse público e faz com que toda aquela zona da Igreja da Misericórdia, aquela escadaria monumental, que não existe em mais lado nenhum do concelho, pelo menos que eu conheça, e eu pedia muito, em nome dos meus parceiros da União de Freguesias, que a Câmara pudesse fazer algo junto com a Diocese, com o Igespar, arranjar algum programa, convidar os deputados todos que aqui estão para visitarem os monumentos de Vila Cova, porque não estiveram nas jornadas do património, mas teremos todo o gosto que fossem ver o estado em que está e que, em 2019, quando a E.N. 342 chegar a Vila Cova do Alva, nessa altura já poderemos ter algo para mostrar um bocadinho mais significativo, porque realmente Vila Cova do Alva foi tão afectada pelos incêndios, está tão mal, que pelo menos se faça mais alguma coisa interessante por ela.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Teixeira** dizendo que “vou abdicar da minha intervenção para dar tempo ao resto da bancada para ter direito de resposta.”-

-----Teve a palavra o senhor deputado **Afonso Ferreira** dizendo que “vou tentar ser bastante sintético na minha análise; antes de mais, gostaria de salientar que, como devem reparar, esta é a minha primeira presença como deputado municipal e, como tal, gostaria perante todos de afirmar que me sinto grato e honrado de fazer parte deste grande grupo de cidadãos que, apesar de pertencer a diferentes quadrantes políticos e partidários, apresentam-se sempre que possível nestas sessões e que responsabilmente intervêm em prol daquilo que consideram ser o melhor para este concelho e seus habitantes, num gesto que eu considero ser um importante acto de cidadania activa. A todos sem excepção expressei o meu respeito e consideração.----

-----Falo assim porque muito me orgulho ser de Arganil, local onde nasci e sempre vivi e, como tal, gostaria de referir um evento que me encheu de orgulho e que julgo ser consensual ao afirmar que se tratou de um verdadeiro sucesso; refiro-me à Noite Branca que se realizou em Arganil, na noite de 31 de Agosto deste ano, num local que podemos apelidar, penso eu, de centro histórico da vila e que juntou, em vários pontos desse mesmo centro, centenas de pessoas num ambiente de festa, alegria e sã convivência entre todos. Nesse sentido, gostava desde já de salientar e aplaudir a adesão dos comerciantes e artistas locais que tornaram, com a sua participação, este evento ainda mais envolvente, rico e inclusivo. Esta foi sem dúvida uma noite memorável para a nossa vila e suas gentes; expressa-se aqui o devido



Assembleia Municipal

reconhecimento aos seus organizadores, nomeadamente o CLDS 3G, na pessoa da sua coordenadora, Dr.^a Elisabete Oliveira, que foi incansável, junto com a sua equipa, na execução deste projecto e também o município de Arganil, pela audácia e o bom gosto que tiveram e colocaram na organização deste evento. Uma palavra de apreço a todos os intervenientes neste evento e termino dizendo que um agradecimento, de certa forma, por terem dado vida à vila, que foi isso que senti, vida na vila; o apelo que vou deixar como arganilense, é que essa vida continue, em projectos como este ou semelhantes, porque é um desejo que penso meu e de todos os arganilenses.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Daniel Gonçalves** para “dar uma breve nota de um problema que julgo tem acontecido na ETAR de Côja, que parece que continua a permitir alguns vazamentos; é uma situação que sei que estará certamente a ser atendida, mas que nos preocupa, para mais com este tempo de seca, mas que poderá haver depois infiltrações importantes daqui a algum tempo; estará decerto a merecer a melhor atenção mas é algo, até pela relevância e pela importância que têm os cursos de água no nosso concelho, isso foi bem definido na última assembleia-geral, e por todo o investimento também que está a ser feito, isso seria uma pena que as praias fluviais viessem a sofrer com isso. Claro que é um bem de primeira necessidade e nisso concordamos todos, é apenas uma chamada de atenção.”-----

-----Também, se me permitem, dar uma palavra de muito estímulo e a quem de direito, que não é decerto de mim só, será de todos os meus colegas e de todos nós, e os senhores Presidentes das Juntas estarão decerto mais próximos das populações, para dar uma palavra de estímulo e de incentivo e também agradecimento a todos aqueles munícipes que, durante o Verão, dinamizaram as festas, muitas das vezes sem apoios camarários, com o apoio logístico possível, porque também sabemos que é preciso dar muito apoio a acontecimentos diversos e simultâneos, mas são estas pessoas que fazem o nosso concelho vivo durante muitos meses, não esquecendo aquelas que são as actividades base em que o município intervém e muito bem, nomeadamente aqui em Arganil, e muito bem, são todas muito bem-vindas, mas aquelas que dinamizam a nossa terra, aquelas que dinamizam as terras onde nós nascemos, aquelas terras que recebem as pessoas quando elas vêm; os acessos são necessariamente muito importantes, mas que será dos acessos se não houver lá gente para deixar as terras bonitas, para as estimar. E a esse propósito, queria fazer aqui um convite, a passarem naquela que é uma das ruas mais bonitas do concelho, dito por muitos, que é precisamente a estrada da minha aldeia natal, que é o Pisão. É um acesso muito bonito também ao Alto Concelho, portanto na ausência da E.N. 342, passem pelo Pisão, desçam a Côja, visitem e depois vão por aquela estrada.”-----



RPALhos

Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** dizendo que “começo por louvar a medida de divulgação do património, que me pareceu extremamente interessante, e espero que se volte a realizar nos próximos anos; é pena que a participação pelo menos das pessoas eleitas nesta Assembleia, fosse relativamente curta. Outro aspecto que me parece importante é que as ETAR do Rochel, da Cerdeira e de Côja, continuam a criar muito mau ambiente; algumas já foram referidas, mas julgo que é necessário mais trabalho. Já referi que é necessária uma passagem pedonal que há aqui em Arganil, perto do Hotel e da Escola Secundária, que continua a ser um problema para a segurança dos alunos; era conveniente que fosse visto esse aspecto. Outro aspecto que também já referi e que continua sem ser realizado é o estacionamento para pessoas deficientes, que precisam de usar automóvel e cadeira de rodas; se a Câmara me disser onde isso é possível, eu faço isso num fim-de-semana próximo. A internet continua a não funcionar em Côja, ou pelo menos a funcionar deficientemente; foi colocada a antena da internet no ponto mais baixo da vila; isto é prova de que isto não foi feito por técnicos, foi por curiosos ou por amadores de qualquer coisa. Outro aspecto que é importante é o nome de uma rua, Rua Pimenta, que tinha o nome em Côja, continua a não ter sido devidamente considerado; já entreguei no secretariado um esclarecimento porque o senhor Presidente da Câmara disse na última Assembleia que não tinha conhecimento; isso está na acta que foi aprovada agora, na página 19, espero que com o esclarecimento que entreguei no secretariado isso seja visto convenientemente porque a Assembleia de Freguesia de Côja, aprovou, por unanimidade, um determinado nome, onde só estavam elementos do PS e do PSD. Outro aspecto é que a carta que fiz chegar à Mesa da Assembleia de uma residente Sara Marques, na Benfeita, refere um caminho na zona que habitam, mas que é usado com automóveis, que pede melhoria. Outro problema na Benfeita é que a Câmara de Arganil tem lá uma propriedade que comprou há cerca de 40 anos, dos terrenos do Dr. Urbano, que estão completamente abandonados, de tal modo que, a casa que era uma casa de família, grande, e bem equipada, ardeu nos últimos incêndios; proponho que haja uma forma de dinamizar esses terrenos e pô-los a produzir; para isso tenho algumas propostas, podíamos estudar. Proponho que todos os interessados no desenvolvimento económico de Arganil fossemos capazes de organizar uma tertúlia periódica, de 3 em 3 meses, de 6 em 6 meses, de modo a debatermos os aspectos económicos, que são muitos, e que é possível desenvolver em Arganil. Proponho que o problema do Teatro, da Misericórdia, da Câmara Municipal, que já se falou, pelo menos no mandato anterior, continua a não ter solução, qualquer dia poderemos ter problemas no edifício; um restaurante que lá estava já fechou porque o edifício não tem condições, por isso propunha que este assunto fosse debatido, mas não pode ser com estes minutos que me dão; estes minutos que tenho manifestado como protesto, pela forma como temos esta forma de dialogar, que não é diálogo nenhum, nem há debate de assuntos, porque agora resolvemos reduzir o número de horas, usando o método de Hondt; este método é



RPALus

Assembleia Municipal

uma lei, incorrecta, mas uma lei que é apenas usada para atribuição de lugares de eleitos, nas Assembleias, não tem nada que vir, porque vir para o tempo de intervenção, faz com que os partidos que têm menos representação, cuja representação já foi diminuída pelo número de eleitos, agora continuam a ser diminuídos pelo número de tempo de intervenção. Outro aspecto que proponho é que seja reunido o Conselho Municipal de Segurança, há bastantes queixas no município, de situações de roubo, de vandalismo, em Arganil, sinais de trânsito, em Côja também roubo de equipamentos agrícolas, proponho que seja reunido o conselho municipal de segurança que pelo menos no mandato anterior não tive informação nenhuma quanto a esse conselho, e agora já temos um ano de exercício e continua a não se fazer nada quanto a isso.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** dizendo que “a minha intervenção é relativa à apreciação daquilo que foi a trigésima sétima FICABEIRA; obviamente, tenho que me congratular por mais um êxito deste evento, que é um marco importante, não só em relação a Arganil, mas também em relação a toda a região onde nos inserimos. Para alguns, talvez sejam os “velhos do Restelo”, aqueles que são avessos às mudanças, a FICABEIRA nunca está bem, de ano para ano, é preciso alterar isto, é preciso alterar aquilo, fica a ideia de que está colocada, e para alguns assim o manifestam, o local da sua realização não é o mais indicado. Na minha opinião, e na opinião de muita gente, e falo com alguma “autoridade”, relativamente à FICABEIRA e relativamente à Feira do Mont’Alto, porque, pelo menos há seis décadas, era miúdo ainda e já ia à Feira do Mont’Alto, não sou a pessoa mais velha aqui presente, pelo menos dos deputados, há dois que são ligeiramente mais velhos que eu, mas há 60 anos que acompanho aquilo que foi a evolução e a queda da Feira do Mont’Alto, a génese da primeira FICABEIRA, em 1981, que se realizou num espaço muito pequeno, e devido ao êxito que teve foi crescendo, crescendo, até que depois houve o bom senso de a mudar para o local onde hoje se realiza e creio que é o espaço indicado para a sua realização, não só pelo espaço em si, que permite uma diversidade enorme para a colocação dos stands, a diversão, um espaço amplo, que poucos concelhos da região têm para a realização deste tipo de eventos. Mas para alguns a Feira devia regressar ao local onde nasceu e onde se realizou durante várias décadas a Feira do Mont’Alto; isso seria regredir porque a Feira do Mont’Alto, os mais novos com certeza não se lembram, mas tinha e teve a sua importância ao longo de décadas, exactamente porque as pessoas vinham à Feira do Mont’Alto para se abastecerem de coisas que não conseguiam noutras alturas e vinham os três dias, e dormiam ao relento, a maior parte das pessoas que vinham da serra, durante esses 3 dias; vinham fazer o abastecimento daquilo que mais necessitavam para todo o ano; era essa uma das funções principais da Feira do Mont’Alto. Ainda sou do tempo das barracas de madeira, em que uma ou outra tinha electricidade e outras tinham lâmpões a petróleo, depois a Santa Casa da Misericórdia adquiriu material para fazer as



Assembleia Municipal

barracas metálicas, por força de um donativo significativo que um benemérito fez à Santa Casa e assim foi evoluindo. A FICABEIRA, quando surgiu, é obvio que passou a ter outra importância porque representava um contexto económico completamente diferente. Se, por um lado, inicialmente, tinha representação das principais empresas, do tecido económico do nosso concelho, a pouco e pouco as pessoas foram-se desinteressando de estarem presentes e isso é uma parte negativa que tenho que referir; acho que as empresas importantes do tecido empresarial do concelho deviam ter aí a sua representação no evento, e inclusivamente de uma forma não digo gratuita, mas com um pagamento simbólico, para que as pessoas que vêm de fora se apercebam da nossa realidade económica. Inicialmente pensei que a actual FICABEIRA devia ser sectorizada, sector por sector, mas agora creio que não, que esta mistura, este mix, leva as pessoas a percorrer a feira toda, é como hoje se faz nos supermercados, quando vamos à procura de um produto, e penso que ele está em determinada prateleira, já está noutro sítio. Com esta mistura creio que as pessoas tomam contacto mais directo com os stands, os comerciantes, as actividades que ali estão representadas, em termos industriais. Creio que esta 37ª FICABEIRA constituiu mais um êxito; há mais espaço para a mobilidade das pessoas; falta, quanto a mim, o cheirinho da feira antiga, a Feira do Mont'Alto; é evidente que hoje as pessoas já não vão à Feira do Mont'Alto naquele espaço residual que ainda hoje se mantém, para comprar coisas, fazem-no durante a semana, ou na feira semanal, que também já não tem aquela pujança que teve antigamente, pela simples razão que as pessoas hoje têm a possibilidade de comprar as coisas de que necessitam nos supermercados. Daí que, a Feira do Mont'Alto, quanto a mim, passe a ter no futuro apenas um valor simbólico; manter esse simbolismo acho que é importante porque é ao mesmo tempo valorizar a FICABEIRA, tendo como raiz principal a secular Feira do Mont'Alto. Quero apenas regozijar-me por mais um êxito e que a 38ª, para quem cá estiver, e para quem tiver a responsabilidade de a realizar, constitua mais um êxito, porque, a par das diversões que a mesma proporciona, traz a Arganil milhares e milhares de pessoas, e este ano, para quem teve oportunidade de percorrer todo o espaço que estava disponível para estacionamento, viu que foram milhares e milhares de pessoas que vieram a Arganil e isso significa que a FICABEIRA veio para ficar. Importa também referir que, foi a partir da primeira FICABEIRA, há 37 anos, que depois surgiram outras feiras semelhantes, em concelhos próximos, como Tábua ou Oliveira, que seguiram o padrão que se iniciou em 1981 em Arganil. O executivo está de parabéns, os arganilenses estão de parabéns, o concelho de Arganil tem que estar satisfeito por mais esta realização com êxito no nosso território."-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Tamára Simão** para referir que "a Fraga da Pena tem uma das cascatas mais belas do país; esta é uma notícia de 21 de Setembro de 2018, que foi partilhada pelo município; diz o seguinte: *dependendo do caudal, a cascata pode ser mais ou menos fantástica, mas só pela envolvência*



Assembleia Municipal

natural, vale a pena uma aventura pela serra. Visitei a Fraga da Pena em Agosto e, de facto, posso afirmar que a Fraga da Pena oferece mesmo uma grande aventura, mas não apenas pela belíssima envolvência natural, mas porque de facto, caminhar sobre pontes com uma aparência instável e corrimões soltos, é sem dúvida, uma bela aventura. Assim como a limpeza do próprio local, que merece mais atenção. Tendo em conta que a Fraga da Pena está integrada numa área protegida da Serra do Açor, e que é gerida pelo ICNF, pergunto se, entretanto estas questões já foram resolvidas, se não foram, pergunto então se o município está a trabalhar conjuntamente com o ICNF para resolver as questões, se não estão, o que pensam fazer para resolver os problemas?-----

-----Outro ponto importante que quero trazer aqui e que aliás já foi discutido várias vezes em Assembleia, é a questão do Ambiente. Já mais de uma vez se falou nas alterações climáticas, na ameaça que o plástico representa, etc, e penso que todos estes assuntos foram muito bem recebidos aqui na Assembleia, pelo Presidente e por todos os deputados; mas como é que se pode concordar com a necessidade de conservar e cuidar do planeta, quando se vive num concelho onde os ecopontos de reciclagem são escassos, um concelho onde por vezes os caixotes do lixo estão a abarrotar, num concelho que há cerca de um ano sofreu uma tragédia e que não apresenta a mínima sensibilização face a determinadas atitudes de risco, como despejar lixo e objectos inflamáveis no mato e nas florestas, e aqui eu compreendo que seja um bocadinho complicado controlar estas atitudes, mas lá está, vai mais no sentido da sensibilização. Pergunto então, mais uma vez, se há alguma estratégia de sensibilização, por parte do município, e se a questão dos contentores de reciclagem pode ou não ser resolvida.-----

-----Outra questão que quero colocar aqui, é relativamente aos contentores que estão junto aos CTT; para quem já está esquecido, pergunto para quando é que eles estarão prontos a desempenhar a sua função.-----

-----Por fim, chamar a atenção para algumas marcas rodoviárias que em certos locais na vila já não existem; passadeiras, marcas longitudinais que não existem, não se sabe se estamos perante uma linha contínua ou descontínua; antes de acontecer uma tragédia seria bom executar o mais rápido possível esta tarefa e voltar a pintar essas linhas.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que na intervenção do senhor deputado António João Lopes ele se referiu à forma como os trabalhos são conduzidos nesta Assembleia, apenas quero recordar que o Regimento da Assembleia, que tem sido escrupulosamente cumprido, foi aprovado por todos os senhores deputados, à excepção do senhor deputado António João Lopes. O senhor deputado está a pedir a palavra para que efeito? Já não dispõe de mais tempo.”-----



RPALUS

Assembleia Municipal

-----O senhor deputado municipal António João Lopes referiu que era só para defesa da honra.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse “eu julgo que não ofendi a honra de ninguém, mas tem a palavra, senhor deputado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “não, não, é que isto não é uma Assembleia, virmos aqui dizer quase telegraficamente alguns aspectos; o que temos de fazer numa Assembleia, é debater assuntos; quando é que a ordem de trabalhos contempla algumas das centenas de propostas que eu já fiz? Para que todos, PSD, PS ou CDU, ou independentes, ou público, possam dar opinião. Por isso julgo que isto é perder tempo, perder dinheiro, e é uma frustração para todos, porque o que vimos aqui fazer não conduz a que, no município, se possam implantar novas formas de vida e êxitos económicos e sociais que admitimos possíveis, e como fazem outros concelhos.”-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** dizendo “senhor deputado, agradeço a sua intervenção, julgo que ficou claro o seu posicionamento, felizmente não é essa a opinião da esmagadora maioria dos deputados da Assembleia Municipal.”-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para “começar por apresentar as minhas desculpas pelo imprevisto que tive e que me obrigou a chegar aqui um bocadinho mais tarde.-----

-----Tentando dar resposta às questões que me foram colocadas, vou tentar cumprir o tempo que me está estipulado. Queria, todavia, na sequência de várias intervenções que foram aqui trazidas, relacionadas com a E.N. 342, dizer que, em qualquer das circunstâncias, isso disse-o no dia da consignação, obviamente que me congratulo com esta intervenção. Trata-se de uma intervenção de pavimentação, de algum reperfilamento de valetas, se algum de vocês estava a contar com alterações de curvas, com alargamento de faixa de rodagem, não é esse tipo de intervenção que vai acontecer; trata-se de uma intervenção de pavimentação e de colocação de valetas em cimento em alguns locais e algumas correções que são necessárias. Aqui chegados, compreendo bem a crítica que faz, nomeadamente em relação ao facto, é um facto que a intervenção em Côja termina na zona dos Vales, mas a zona dos Vales, como saberão a maioria de vocês, não tem rigorosamente nada a ver com o Cruzamento dos Vales de que falou o senhor deputado João Figueira. Estamos a falar de uma distância ainda significativa e que está numa situação muito má, e presumo que era a essa que se referiam, quanto à necessidade do prolongamento da intervenção; ainda assim, dizer que há de facto o compromisso que foi assumido, volto a relembrar, comigo, em Janeiro deste ano, de, no início do próximo ano, a intervenção entre Côja e Avô ser submetida ao mercado. Uma vez que se falou aqui



RPALus

Assembleia Municipal

de números políticos, queria fazer aqui um apontamento histórico muito rápido; o primeiro, para dizer que há um político neste país que nem é da minha área política, que actualmente ocupa o cargo de Secretário-geral da ONU, que nos idos anos do pico da crise, teve a humildade de reconhecer que alguma da culpa pelo estado a que chegou o país, quando pediu a ajuda da Troika, tinha a ver com aquilo que foi feito no Governo dele. O Governo que foi liderado pelo Engenheiro António Guterres também, é um facto, como todos sabem, fez com que a dívida pública tivesse duplicado; e foi também o Governo chefiado pelo Engenheiro António Guterres que chamou a Troika a acudir ao país, numa situação que estava calamitosa, ao nível das contas públicas. Vale a pena precisarmos a história, vale a pena precisarmos a questão dos números políticos. O ministro Teixeira dos Santos ainda há pouco tempo deu uma entrevista pública onde explicou tudo, tintim por tintim, como é que este processo aconteceu e como é que chegou a Troika ao país e as consequências nefastas que todos nós sofremos; e não acabaram, elas estão ainda em curso, é preciso perceber que ainda há pouco tempo foi confirmado pelo INE que a carga fiscal em 2017 foi a mais elevada de sempre; vale a pena dizermos que essa coisa de que o livro da austeridade ou a página da austeridade acabou, não, o livro mudou de página, mas passou para a página seguinte, vale a pena termos isso bem presente e é a olhar para aquilo que é a carga fiscal que o país suporta, para perceber isso de uma forma muito clara. Falando de números políticos, naturalmente que não me esqueço, porque foi um número de grande impacto, que aqui aconteceu nesta sala, em Setembro de 2008, com a presença do então senhor Secretário de Estado Paulo Campos, que nos veio anunciar uma ligação que era quase uma auto-estrada entre a Lousã e o IC6, e que nos permitiria chegar rapidamente àquilo que hoje é a A13, e que faria depois a ligação ao IC6; era uma obra que, percebemos todos na altura que era um sonho, e como era um sonho, quando acordámos para a realidade, lamentavelmente vimos que foi exactamente isso que a senhora deputada há pouco referiu, foi um belo número político com um catering de luxo que tivemos aqui neste espaço, com hospedeiras que suscitaram grande atenção, mas não passou disso, esfumou-se; não se esfumou nesse número político, infelizmente esse número político deu lugar à constituição de uma servidão administrativa ao longo de quase todo o concelho, com o impacto directo em cerca de quase 5% da área do concelho, que está hoje condicionada por essa servidão administrativa, que foi constituída, que tem impedido muitas intervenções no território, e todos já percebemos que é uma servidão administrativa sem qualquer efeito, porque já se percebeu que aquela obra, com grande probabilidade, nunca será uma realidade. Falando de números políticos, por aqui me fico.-----

-----Em relação à intervenção da senhora deputada Inês Borges, agradecer as palavras que aqui deixou relacionadas com as iniciativas na área da juventude.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, deixar um esclarecimento: compreendemos bem a angústia da viúva do trabalhador que faleceu, mas também quero esclarecer, em primeiro lugar, que obviamente a



Assembleia Municipal

Câmara deu todo o apoio, que assume todas as responsabilidades, mas como é óbvio também, não trarei para aqui questões que me parece que são de âmbito de sigilo; o senhor falou de um quadro depressivo, parece-me que isto é algo crítico, do ponto de vista da discussão pública. Compreendo a sua preocupação, podemos falar disto em privado, mas acho que há matérias que, por terem um carácter sigiloso, não podem ser discutidas em público e esta é uma delas. Ainda assim, garantir que todos os direitos e todas as obrigações do município foram cumpridas relativamente a esta matéria, como não poderia deixar de ser; em relação à pensão, o respectivo reconhecimento compete à Caixa Geral de Aposentações, estávamos a tentar perceber se a Caixa Geral de Aposentações já estava a proceder ao pagamento ou não, mas ainda assim, objectivamente, é um direito da viúva do trabalhador falecido neste acidente.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado João Figueira, daquilo que conheço, há muitas perspectivas relativamente àquilo que é a diáspora nos vários locais do país, porque conheço algumas zonas do país em que quem foi para outras zonas, à procura de melhores condições de vida, foi tão traumatizado, foi tão chocado, que não quer ouvir falar sequer de voltar à terra natal; há zonas do país em que isto acontece, mais a norte isto é muito frequente. A nossa região e o nosso concelho tem aqui a grande circunstância e a característica de ter esta diáspora ter mantido, sem grandes excepções, uma grande ligação à terra natal; é essa diáspora que todos os anos regressa ao nosso território, é essa diáspora que faz com que pelo menos no verão, a população quadruplique, e é também essa diáspora que, quando no final da vida profissional, principalmente, na região de Lisboa, regressa com grande frequência para permanências alargadas no nosso concelho. É também isso que justifica um Regulamento que submeteremos hoje à consideração da Assembleia Municipal, relacionado com a reconstrução das habitações não permanentes, que tem essencialmente essa situação em consideração. É permitir que estas pessoas possam manter a ligação ao nosso concelho.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, o espaço para questões concretas é o espaço da Câmara Municipal; da mesma maneira que não me pronunciei relativamente à intervenção do público, também não vi nenhuma intervenção da parte da Assembleia Municipal relativamente à intervenção do público, e foi a Assembleia Municipal que a senhora Fernanda Pedro se dirigiu; vale a pena precisarmos as questões. Face àquilo que já disse sobre a E.N. 342, não me vou referir mais à questão da adjectivação, a questão do topete, acho que estamos esclarecidos em relação às autoridades ou às faltas de autoridade moral. Relativamente à requalificação do espaço público, estamos com algum atraso neste processo; houve já entrega, no final de Maio, de uma versão do projecto de execução. Foi imediatamente objecto de uma revisão, foram suscitadas algumas melhorias e estamos, neste momento, a contar que a versão final nos seja entregue muito rapidamente, após o que, naturalmente, daremos lugar a todos os procedimentos que são necessários. Relativamente à questão do PERU, teremos



RPALus

Assembleia Municipal

uma Assembleia Municipal extraordinária no dia 13 de Outubro de 2018, daqui a 15 dias, porque há questões de prazos que têm que ser cumpridas e a publicação no Diário da República, deste instrumento, tem que ocorrer antes do dia 21 de Outubro. Ainda assim, relativamente àquilo que adjectivou como promessa, quero dizer que estamos a falar de objectivos, não estamos a falar de promessas, até porque já certamente percebeu, que o cumprimento destes objectivos está fortemente condicionado pelas disponibilidades financeiras, nomeadamente naquilo que terá a ver com as participações comunitárias. Relativamente à opinião que emitiiu, sobre a demolição de uma antiga residência, escuso-me a comentar, mas não precisa ir muito longe da Câmara Municipal para ver situações de privados que estão em bem pior circunstância do que aquela, apesar de já terem sido intimados a corrigi-las. Quanto à parceria da Câmara com algumas das instituições do ensino superior, é uma parceria que temos vindo a aprofundar e, a seu tempo, que será certamente ainda no decurso deste ano, teremos oportunidade de apresentar publicamente este trabalho.-----

-----Em relação à intervenção da senhora deputada Margarida Figueiredo, agradecer as palavras que deixou sobre as jornadas do património. Estas jornadas serviram também para fazermos a identificação e a sinalização de alguns dos problemas que referiu, em concreto em Vila Cova de Alva. Reconheço que Vila Cova de Alva tem um vasto património, boa parte dele em má condição de conservação, algum dele com responsabilidades das esferas do poder central, do poder descentralizado, nomeadamente da Direção Regional da Cultura do Centro; aquilo que estamos aqui a fazer actualmente é uma consolidação daquilo que foram os vários apontamentos que conseguimos encontrar no decurso das jornadas, para podermos também solicitar a intervenção da Direção Regional da Cultura do Centro. Quanto ao muro na entrada de Vila Cova, também como já demos nota, trata-se de uma empreitada da Infra-estruturas de Portugal que foi já consignada no dia 2 de Setembro, para a estabilização de algo que já tínhamos sinalizado como muito crítico, como muito perigoso; contamos que a empreitada tenha lugar, tendo já sido consignada no dia 2 de Setembro, que tenha lugar muito brevemente.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Afonso Ferreira, agradecer a intervenção que fez sobre a Noite Branca; esta parceria que foi possível construir entre o Contrato Local de Desenvolvimento Social e o município que se fundamentou numa estratégia que temos definida para o centro histórico da vila, ao nível da manutenção, da dinamização do comércio e, para nós, para além do sucesso que constituiu esta iniciativa, foi muito reconfortante perceber que boa parte dos comerciantes aderiram à iniciativa e que também tiveram o retorno financeiro pelo facto de terem aderido à iniciativa. Quero dizer também que, como já se percebeu, esta não é uma iniciativa isolada, naquilo que tem a ver com a estratégia de dinamização do centro histórico, e recordo apenas as iniciativas do Mercado de Natal, do Mercado de Páscoa, que tiveram como objecto exactamente a mesma situação.-----



RPALva

Assembleia Municipal

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Daniel Gonçalves, esclarecer que ainda ontem estive em Côja com a Águas do Centro Litoral, que é a empresa do sistema multimunicipal que tem a exploração e a gestão da ETAR de Côja, alertámos precisamente para a situação de que aqui deu nota e que já tinha também sido sinalizada pela União das freguesias de Côja e Barril de Alva. Pensamos que alguns destes problemas que têm acontecido em Côja serão em breve minimizados, com a construção da nova estação elevatória que terá muito em breve início, e pensamos que, dessa maneira, aquilo que tem a ver com o tratamento dos efluentes na zona de Côja, não só com a vila mas também de algumas outras aldeias, como o Pisão, Vinhó e Casal de S. João, contribuindo para a massa de água naquilo que tem a ver com o Rio Alva. Em relação às festas de Verão, é um esforço muito significativo que as Comissões e os mordomos assumem, esforço esse que reconhecemos, mas naturalmente que há opções e, sendo certo que apoiamos de uma forma muito decisiva e muito significativa do ponto de vista logístico, do ponto de vista financeiro, esse tipo de apoio não é viável, sob pena de prejudicarmos as restantes intervenções que temos que fazer no concelho.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado António João Lopes não vou fazer nenhum comentário àquilo que disse sobre as Jornadas do Património, porque já me referi ao assunto. Relativamente ao apontamento que fez sobre a ETAR de Côja, está implícito na resposta anterior. Em relação à ETAR do Rochel é uma situação que ainda há dias foi aqui sinalizada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil e que estamos a resolver. Sobre a passagem pedonal junto à ribeira de Folques, é algo que nos tem suscitado alguma preocupação, porque tem sido objecto de vários episódios de vandalismo e isso tem prejudicado a funcionalidade daquela estrutura. Sobre o estacionamento para os cidadãos com mobilidade condicionada já me referi aqui em tempos anteriores, reafirmo aquilo que já disse. Em relação à internet no Parque do Prado, em Côja ela está localizada no edifício municipal, foi colocada o wi-fi, no âmbito daquilo que tem a ver com os investimentos ao nível da rota do BTT, e por isso ter aquela localização. No que diz respeito à Quinta do Dr. Urbano, na Benfeita, trata-se de um edifício, como disse, municipal, foi destruído pelo incêndio de Outubro do ano passado, e que está incluído na lista dos equipamentos municipais que foi validada pela CCDRC. Este prejuízo ao nível das infra-estruturas públicas municipais viu um despacho e um regulamento publicados no dia 31 de Agosto, que são os instrumentos que habilitam os municípios agora a submeterem as respectivas candidaturas e é no âmbito dessa candidatura que contamos intervir na Quinta do Dr. Urbano. Em relação ao Conselho Municipal da Segurança, tomei boa nota da sugestão que faz, que considero também oportuna.-----

-----Quero agradecer as palavras do senhor deputado Luis Gomes e a reflexão que aqui deixou, acerca da FICABEIRA e da Feira do Mont'Alto.-----

-----Em relação à intervenção da senhora deputada Tamára Simão, a Fraga da Pena trata-se de um espaço que está na alçada do ICNF; ainda assim, quero sublinhar e



RPALUS

Assembleia Municipal

reconhecer a parceria que tem sido possível aprofundar com o ICNF na gestão daquele espaço. Até há 4,5,6 anos, constatávamos que nem o ICNF fazia nem deixava que o município ou a Junta de Freguesia fizessem qualquer tipo de intervenção; nestes últimos 6 anos tem sido possível alterar essa perspectiva, tem havido algum trabalho em parceria entre o ICNF, a Junta de Freguesia da Benfeita e a Câmara Municipal, no sentido de fazer algumas intervenções de manutenção como aquelas que refere e que só posso lamentar pelo facto de não estarem concluídas. Em relação aos ecopontos de reciclagem, lembrar que o operador que tem responsabilidade nesta matéria é a ERSUC, é o sistema multimunicipal que abrange o nosso concelho, que tem uma colocação de ecopontos em número muito inferior àquilo que desejávamos; há, contudo, objectivos assumidos pelo Estado Português ao nível da União Europeia, naquilo que tem a ver com as metas da reciclagem, as notícias são recentes; aquilo que temos hoje no país é uma reciclagem na ordem dos 10%, é um número muito baixo, muito preocupante, a meta que está fixada para o sistema multimunicipal da ERSUC são 80% de reciclagem, há um caminho muito grande para cumprir este objectivo, que passará, claramente, pela colocação em maior número com maior concentração do número de ecopontos que estão disponíveis no território. Ainda assim, dar-lhe conta que temos também uma estratégia municipal relacionada com esta temática, que foi objecto de uma candidatura ao POSEUR, que foi já objecto de aprovação, e passa particularmente aqui no centro da vila por promover a recolha porta a porta, contando nós que conseguiremos melhorar aquilo que tem sido o resultado ao nível da reciclagem.”-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “abriremos um período de inscrições para a réplica, uma vez que os tempos não permitem uma intervenção aprofundada, proponho mais dois minutos para cada bancada e também para a Câmara Municipal.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** dizendo “senhor Presidente da Câmara, nós temos posições diferentes; nós somos deputados municipais, o senhor é Presidente da Câmara Municipal; as perguntas concretas dos munícipes devem ser respondidas por quem tem o poder executivo; nós temos obrigação de o chamar à atenção quando não o faz. Em relação à E.N. 342 e dos números políticos, devo dizer que o Partido Socialista não só apresenta sonhos, apresenta propostas e projectos, como os põe em prática, na medida do possível e tendo em conta as circunstâncias. Para além desta intervenção na E.N. 342, devo lembrar todas as outras que começaram por ser sonhos e foram concretizadas por Governos do Partido Socialista, entre as quais a ponte nova de Côja, o IC6 até à Catraia, a ligação do Sarzedo à Catraia dos Poços e depois posteriormente ao IC6, a construção do troço do IC6, da Catraia até ao Poço do Gato, e muitas outras intervenções concretas, em vias de comunicação, muitas vezes com custos políticos e não só nos Governos do PS devo lembrar os mandatos de Maia Vale e de Rui



RPALus

Assembleia Municipal

Silva, com intervenções directas na melhoria das acessibilidades internas do concelho, muitas vezes com discriminações positivas assumidas, e nada eleitoralistas, muito pelo contrário.-----

-----Gostava ainda de chamar a atenção para esta nova indefinição em relação ao recomeço das obras na vila de Arganil e que muito nos preocupa. Senhor Presidente, podemos chegar ao ponto de acabar o ano civil sem o recomeço das obras e julgo que é um motivo de grande preocupação.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** dizendo que “pedi a palavra, em primeiro lugar, para me desculpar com a bancada do PSD, de facto, por momentos posso parecer impulsiva, mas a razão é apenas esta: é que eu vivo intensamente isto, e ouvir determinado tipo de afirmações que não correspondem à verdade, fazem-me saltar como uma mola.-----

-----Para dizer ainda que eu, efectivamente, tenho um grande orgulho em contar com a cumplicidade e com a camaradagem de alguém como António Guterres, que tem a dignidade moral que tem, o gigantismo moral que tem, e que por essa mesma razão também está no lugar em que está hoje; felizmente ele tem a capacidade de reconhecer os erros para que, eventualmente, possa ter contribuído, se bem que ele contribui muito pouco, face a outros. Infelizmente não tenho a expectativa de ver outros que muito mal fizeram a este país e que muita gente puseram na miséria nem ontem, nem hoje, nem no futuro, virem reconhecer erros semelhantes.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Manuel Augusto Rodrigues** para dizer que “só queria que o Senhor Presidente da Câmara me respondesse se o gabinete de Ação Social disse ou não à viúva que o seguro de acidentes de trabalho não cobria a indemnização por morte.”-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** respondendo que “em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, não ouvi nenhuma pergunta, portanto concordo consigo naquilo que tem a ver com as respostas a questões, não ouvi aqui nenhuma questão. Em relação à E.N. 342, põe em prática só algumas vezes, porque sobre esta E.N. 342, que viria da Lousã até ao IC6, também já expliquei que o que foi posto em prática foi uma servidão administrativa que condiciona de uma forma brutal aquilo que, nalguns casos, são expectativas de desenvolvimento, inclusivamente de algumas indústrias pujantes, que temos no nosso território. Em relação ao espaço público, acompanho por um lado a sua preocupação, mas naturalmente a minha preocupação é evitar que coisas como aquelas que aconteceram, por insuficiências, por falhas de projecto, possam verificar-se novamente; não estou, como é obvio disponível, para cairmos novamente no mesmo tipo de situação e como é obvio, quero garantir que quando dermos o passo seguinte, estamos a dar um passo seguro.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Sofia Antunes, por aquilo



Assembleia Municipal

que entretanto os meus parceiros de mesa me disseram, terei dito aqui o nome de Guterres em determinada circunstância, enquanto estava a pensar em José Sócrates, nomeadamente naquilo que tem a ver com chamar a Troika; quando eu disse que foi António Guterres que chamou a Troika, naturalmente que me enganei, estava a falar objectivamente a falar em José Sócrates, até porque falei também em Teixeira dos Santos, que era ministro de José Sócrates. Todo o resto, tudo aquilo que eu disse sobre a história da E.N. 342, senhora deputada, pode incomodá-la, mas corresponde integralmente à verdade. Sobre o gigantismo que referiu, que reconheço a António Guterres, quando suscitei esse gigantismo, foi para constatar que outros que fizeram duplicar a dívida do país em cerca de 7 anos, que nos colocaram com a corda da Troika ao pescoço, que não tenham tido o mesmo tipo de humildade que teve António Guterres, que não tenham tido a capacidade de reconhecer que em 7 anos afundaram o país; as estatísticas são conhecidas. É esta humildade que reconheço a António Guterres, que ainda não vi nos actores mais recentes e que são os responsáveis por ter trazido o país ao ponto a que ele chegou; isso significa apenas que não aprenderam rigorosamente nada com os erros.”-----

-----**O Senhor Deputado Municipal António João Lopes saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.**-----

ORDEM DO DIA

1 - Apreciação e votação da proposta da Adenda ao Contrato Programa nº 9/2018, celebrado com a Freguesia de Sarzedo.-----

-----Presente um exemplar da Adenda em apreço, bem como a informação INF/DAGF/142, datada de 08/06/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Ana Sofia Antunes** questionando “estamos a falar de uma adenda a um contrato programa que já foi assinado, certo?”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “senhora deputada, é depois da Assembleia Municipal se pronunciar sobre estas propostas que a Câmara poderá assinar estas adendas.”-----

-----A senhora deputada municipal **Ana Sofia Antunes** referiu ainda que “eu fiz uma pergunta, estamos a falar da assinatura da aprovação da assinatura de uma adenda a um contrato programa; aliás, estamos a falar da mesma situação nos pontos 2 e 3, e apenas é diferente no ponto 4, em que me parece que estamos a aprovar o próprio contrato programa, é isso?”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** explicando que “senhora deputada, tentando fazer o histórico destas 3 situações que temos aqui, em determinado momento foram aprovados contratos programa; foram submetidos à Câmara e à Assembleia Municipal como legalmente é obrigatório, e foram assinados na sequência disso, entre as Juntas de Freguesia respectivas e a Câmara Municipal. Posteriormente, algumas Juntas de Freguesia vieram solicitar alterações ou acertos ao objecto do contrato programa e é na sequência dessas alterações, que surge esta proposta de adenda. A proposta de adenda porque concerne à alteração do objecto do contrato programa, carece de aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.”-

-----Pedi ainda a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** para “esclarecer a razão da minha questão, é que não tenho registo, nas Assembleias em que estive, de terem vindo estes contratos programa à Assembleia Municipal, mas não estou com isto a dizer que não vieram, só estou a dizer que não tinha registo e por isso gostava de perceber se estes 3 contratos programa tinham passado por aqui.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 9/2018, celebrado com a Freguesia de Sarzedo.----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

2 - Apreciação e votação da proposta da Adenda ao Contrato Programa nº 16/2018 celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Presente um exemplar da Adenda em apreço, bem como a informação INF/DAGF/180, datada de 19/07/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 16/2018, celebrado com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

3 - Apreciação e votação da proposta da Adenda ao Contrato Programa nº 11/2018 celebrado com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra.---

-----Presente um exemplar da Adenda em apreço, bem como a informação INF/DAGF/194, datada de 27/07/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----



RPALus

Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 11/2018, celebrado com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

4 - Apreciação e votação da proposta de celebração de Contrato Programa a celebrar entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia de Arganil.-----

-----Presente um exemplar da Minuta do Contrato Programa em apreço, bem como a informação INF/DAGF/191, datada de 25/07/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar a celebração do Contrato Programa a celebrar com a Junta de Freguesia de Arganil.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

5 - Apreciação e votação da proposta da quarta alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2018 e Mapa Anual de Recrutamentos.-----

-----Presente a proposta da quarta alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2018 e Mapa Anual de Recrutamentos, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 24 votos a favor, aprovar a quarta alteração ao Mapa de Pessoal do Ano 2018 e Mapa Anual de Recrutamentos.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

6 - Apreciação e votação do Projecto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afectadas pelos Incêndios de 2017.-----

-----Presente um exemplar do Projecto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afectadas pelos Incêndios de 2017, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----



RPALUS

Assembleia Municipal

-----Presente ainda a informação INF/DAGF/215, datada de 13/09/2018, da técnica superior Inês Anjos, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para dizer que “fará algum sentido que este documento primeiro seja discutido politicamente pela Assembleia, mas queria pedir que considerem, na segunda página do documento, a data de aprovação em reunião de Câmara que foi 18 de Setembro e não 4 de Setembro, como está referido no documento.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** dizendo que “começo esta minha intervenção por ler uma declaração tida pelo Dr. António Costa, Primeiro-Ministro do nosso país, que dizia que “para a revitalização de toda a economia e sociedade de muitos destes concelhos as segundas habitações são também importantes, não são simples casas de veraneio, pois muitos descendentes deslocam-se ao território onde nasceram ou cresceram semanalmente e também nos momentos de festa, tendo um papel muito importante na dinâmica social dos territórios afectados e da sua economia”. Isto foi dito pelo Dr. António Costa a 29/10/2017. Arganil, à semelhança da maioria dos concelhos desta região, tem como um dos principais desafios atrair pessoas para os seus territórios. A catástrofe natural que se abateu sobre nós veio agravar ainda mais este problema; garantir que há um mecanismo de apoio capaz de incentivar as pessoas que têm alguma ligação às nossas terras, a recuperar o seu património aqui tido, é portanto imperial. Com a percepção clara que essa é uma necessidade, a Câmara Municipal de Arganil tomou, na minha opinião, a sensata e correcta decisão de aderir ao mecanismo de apoio à reconstrução das segundas habitações afectadas pelos fogos de 2017, dando prova inequívoca da sua intenção de apoio a quem mais perdeu e prestar assim também uma prova da sua vontade em apoiar o mais possível a recuperação do património privado deste concelho, que foi perdido nos incêndios. Demonstram ter a clara noção que apenas desta forma é possível evitar que muitas pessoas percam definitivamente o que os liga a este concelho. Não menos importante é também, a oportunidade que tal incentivo possa vir a criar em pessoas que esperam um motivo válido para apostarem na reconstrução em Arganil e cá se fixarem. Não posso também deixar de dar nota que, desta forma, este executivo dá mais uma prova bem vincada da sua capacidade solidária, mostrando que a capacidade de levar os arganilenses e os seus bens acima de qualquer coisa nada tem a ver com ideais políticos de esquerda ou de direita, tem sim a ver com uma definição justa e equilibrada daquelas que devem ser as prioridades por parte de pessoas justas e equilibradas. A quem por vezes se sente tentado a dizer que o nosso actual presidente se caracteriza por uma pessoa de gestão de punho cerrado, demasiado centrado na política da contenção de custos, julgo que aqui, mais uma vez, se prova o contrário. Apraz-me ainda dizer que, muitas vezes, confundimos contenção de custos com rigor financeiro, o que, naturalmente, não é a mesma coisa. Rigor financeiro é aquilo que leva a criar a saudável condição



RPA Alves

Assembleia Municipal

financeira que hoje permite a este executivo tomar a decisão de apoiar aqueles que a governação do nosso país decidiu abandonar. Digo isto, pois apesar de concordar em pleno com a afirmação do Dr. António Costa que li no início, acho que o que é feito por este Governo nada tem a ver com criar uma solução. Solução, criaria verdadeiramente se assumisse a responsabilidade de compartilhar estas reconstruções através de um mecanismo com envolvimento dos municípios, não empurrando da decisão a responsabilidade e acima de tudo o custo para estes. Colocar mais peso nas costas daqueles que ainda hoje lutam para se reerguer de uma das maiores tragédias de sempre no nosso país, parece-me, no mínimo, inexplicável. Infelizmente, o Dr. António Costa e os seus ministros, e isto acontece frequentemente, dizer o que é correcto, convencer a opinião pública do que é correcto, e fazer o contrário, esperando que ninguém se aperceba. O mecanismo criado pelo Governo, para apoiar a reconstrução das segundas habitações, pergunto qual mecanismo; uma linha de crédito de dez milhões de euros, ao qual os municípios podem recorrer para se endividar, a verdadeira e única alteração que vemos é que o valor que os municípios gastam nesta ajuda não conta para o tecto de endividamento das autarquias legalmente estabelecido. O melhor que se consegue é então permitir aos municípios que se endividem e que fiquem a dever mais. Nem nas condições de crédito, na taxa de juro correspondente ao custo do endividamento mais um spread de 0.15 pontos percentuais, há sequer uma colaboração do nosso Governo. Fica fácil perceber que ao Governo, neste processo, reconheço mérito zero. Neste mecanismo, e no nosso caso em concreto, o único e verdadeiro apoio vem do município de Arganil pois como o Dr. Luis Paulo Costa referiu em entrevista ao Diário de Notícias recentemente, é dívida que é gerada e que tem que ser paga. A crítica fácil será dizer que, mesmo assim, o que é feito é pouco; a resposta é simples: pouco é aquilo que o nosso Governo fez. Usando uma expressão do Dr. António Costa, quem ganha por pouquinho é capaz de pouquinho e é bom lembrar que este nem sequer por pouquinho conseguiu ganhar. Ao senhor Presidente da Câmara, ao seu executivo, deixo palavras de apreço pela tomada da decisão em relação a este assunto. Não é uma decisão fácil, pois esta medida poderá significar um investimento municipal de grande dimensão para apoiar um número diminuto de pessoas e este esforço e atitude rapidamente se esquecem na opinião pública. Outros investimentos de maior visibilidade na opinião pública do nosso concelho, poderão ter que ser adiados, e como bem sabemos, poderá desta forma penalizar futuros resultados eleitorais. Não se deixarem condicionar por estas questões e mostrar que não é essa agora a vossa preocupação, é inequívoco sinónimo de coragem de seriedade, que são colocados na defesa dos interesses do nosso concelho e mostram que aqui não há pessoas de segunda.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Teixeira** referindo que “a bancada do partido socialista sente-se dividida quanto a este ponto; por um lado, não pode deixar de se congratular pelo facto de hoje estarmos aqui a votar o corolário daquilo que foi uma luta frutífera, mas dificultada, nomeadamente pela sua pessoa,



Assembleia Municipal

senhor Presidente da Câmara, que o nosso partido tem vindo a travar. Com início desde Fevereiro, altura em que esta questão foi abordada e o Senhor Presidente admitiu nada saber, que continuou depois em Março, quando se levantou de novo a questão e o senhor Presidente da Câmara retorquiu que o ofício chegado do Fundo de Apoio Municipal, não abrangia o nosso território; estendeu-se depois até Abril, quando o partido socialista, motivado pela premência desta questão e pela certeza da sua aplicabilidade ao nosso concelho, voltou a questionar insistentemente o senhor Presidente, relativamente ao dito apoio, para repetido e desapontante reitramento da sua parte, tendo inclusive indicado recolha de cópia do ofício em questão, bem como das resoluções do Conselho de Ministros a que se referia o ofício, para clarificar a matéria e que só chegou a bom porto em Junho, após a publicação da portaria 173-A/2018, de 15 de Junho, que define e regulamenta os procedimentos necessários para a operacionalização do mecanismo de apoio à reconstrução das habitações, não permanentes, afectadas pelos incêndios, e reinsistência por parte do partido socialista, o senhor Presidente da Câmara, finalmente reconhece a aplicabilidade deste mecanismo ao concelho de Arganil, acrescentando que o município de Arganil irá recorrer ao mecanismo. Tudo bem, aparentemente, contudo, apesar desta congratulação, nós não podemos deixar de sentir alguma insatisfação dado ser a redação que hoje somos chamados a sufragar, igual àquela que foi submetida à apreciação na passada reunião do dia 18 de Setembro, se não estou em erro, não incluindo as pertinentes sugestões do PS. Esta exclusão, por parte do executivo, demonstram, além do fair Play político, de um certo espírito democrático e até se quisermos frontalidade, demonstra principalmente um gritante descuramento e desconsideração pelos legítimos interesses da população que o PS, de forma louvável, procurou salvaguardar desde que iniciou a abordagem do tema, e continuou e continua hoje, a querer salvaguardar com as suas propostas de alteração. Senão, vejamos: no artigo 3º, nº 3, o prazo que se tem em conta para a consideração de uma habitação não permanente é apenas de 6 meses; este prazo é manifestamente insuficiente, dado que podemos ter pessoas que, pura e simplesmente, não apresentam contas porque cortaram a luz ou a água entretanto; como tal, o partido socialista concorda que devia ser estendido. Temos ainda no artigo 6º, nº 2, o valor de referência que aparece de 50 mil euros na versão que hoje se vota do documento e que o PS, até por referência àquilo que foi praticado no concelho vizinho da Pampilhosa da Serra, propõe que se suba para 75 mil euros; lembro que no concelho da Pampilhosa da Serra e isto é consultável, o valor é de 80 mil euros, está no artigo 7º, nº 2, do Regulamento análogo deles. No artigo 9º, como é que podemos não incluir os proprietários que já tenham iniciado ou concluído até, obras de reabilitação e de construção? Como é que poderemos apenas incluir as pessoas que submetam candidaturas a partir da data de entrada em vigor do documento, quase um ano depois desde os incêndios que destruíram as suas habitações? As pessoas têm vidas para reiniciarem, têm casas para reconstruir, mesmo não sendo casas de habitação principal, são casas que são importantes para estas pessoas e, como tal, é



RPALus

Assembleia Municipal

sensato e até desejável que elas as tenham iniciado prontamente. No artigo 10º, nº 1, o partido socialista, e bem, até em articulação com o artigo de que falarei a seguir, refere que seria como que sensata, para uma efectivação material deste apoio, a divulgação desta disponibilização do apoio por ofício enviado a todos os proprietários, co-proprietários, usufrutuários elegíveis, dado que, se estivermos à espera que as pessoas saibam assim de repente, e queiram formalizar a sua candidatura junto da Câmara Municipal, ainda por cima, dispondo apenas do prazo de dez dias úteis que vocês compreendem no vosso documento, e não dos 25 dias úteis que o partido socialista sugeriu, como é que se espera que, na prática, as pessoas tenham acesso a este apoio? A impressão com que ficamos aqui na bancada, é de que, formalmente, o apoio será concedido, mas na prática, materialmente, este apoio, que é insuficiente, o acesso ao mesmo acaba por ser bastante dificultado, bastante obstaculizado, porque sabem bem que na prática, muitas pessoas nem sequer estão cá grande parte do ano, daí ser uma habitação não permanente e, como tal, o prazo de 10 dias úteis, é completamente incompatível com o desejo efectivo de vermos este apoio concedido às pessoas e de vermos as suas habitações a serem melhoradas em tempo útil. Posto isto, e neste sentido, a bancada do partido socialista, porque quer efectivamente ver aprovado o Regulamento para o qual tanto contribui, pede à mesa que suspenda a presente votação e que na próxima sessão extraordinária seja sufragada por esta Assembleia uma versão final do Regulamento, que inclua os pertinentes contributos dos seus vereadores.”-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que “relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, quero sufragar tudo aquilo que disse e da reflexão que aqui deixou, porque aquilo que ouvimos, da parte do responsável máximo do Governo do nosso país, foi publicamente assumir uma coisa, que o Estado contribuiria para a resolução deste problema, e na realidade aquilo que nós vimos na prática, é o problema ser empurrado para o parceiro do lado para os municípios se endividarem, para que, com isso, condicionem as restantes intervenções, não dando cumprimento àquilo que tinha sido a expectativa gerada quando, ainda em Outubro, fez as declarações que aqui referiu, na Pampilhosa da Serra. Ainda assim, para que não existam dúvidas, vale a pena, e isto entronca com a intervenção do senhor deputado Miguel Teixeira, referir, e se tiver alguma dúvida ela fica facilmente esclarecida nos documentos legais que foram publicados, que até 15 de Junho não havia nenhum instrumento que permitisse a este município preparar qualquer regulamento de apoio às habitações não permanentes; se existe alguma dúvida sugiro a consulta desta portaria 173-A/2018, de 15 de Junho; não foi de Fevereiro, nem de Março, nem de Abril, nem de Maio, foi de Junho; só a partir da data de 15 de Junho é que este instrumento estava disponível, particularmente para os municípios que foram afectados pelos incêndios de Outubro. Quando falo em Fevereiro e por aí fora, isso pode ser um exercício muito engraçado, mas sem qualquer tipo de substância. Quanto à questão do resultado da luta, também vale a pena aqui contar a história: nós entendemos, em determinado momento, que este é



Assembleia Municipal

um assunto sério demais, até porque implica que para apoiar alguns poucos cidadãos como referiu e muito bem o senhor deputado Christophe Coimbra, estamos a prejudicar o investimento no todo, naquilo que são as expectativas de todos os munícipes do concelho, e por isso mesmo entendemos que tinha que ser um processo participado; obviamente que, ao auscultarmos os elementos da Assembleia Municipal que estão afectos ao PSD, consultarmos as Juntas de Freguesia que estão afectas ao PSD, e foi, como é óbvio, na sequência dessa auscultação que foi desenvolvido este Regulamento. Em relação aos valores elegíveis, em relação aos montantes de comparticipação, devo dizer que se trata de matéria que, no fundo é aquilo que é crítico, e como é óbvio, foi muito reflectido, foi muito discutido, e foi decidido que seria desta forma. Tal como também foi decidido naquilo que tinha a ver com o momento de elegibilidade da despesa, porque aquilo que entendemos é que as pessoas que já concretizaram as intervenções de reconstrução têm o problema resolvido, provavelmente eram aquelas que tinham melhor capacidade financeira, mais disponibilidade financeira, e parece-nos que não justifica o esforço da autarquia, o esforço de todo o concelho, para fazer esta reconstrução. Invocou o exemplo da Pampilhosa da Serra, se eventualmente me puder facultar outros exemplos de municípios que foram afectados severamente pelos incêndios, gostaria de os conhecer; quais são as práticas dos restantes municípios também fortemente fustigados pelos incêndios, para percebermos se quem está melhor é apenas a Pampilhosa ou se há outros municípios que tenham práticas diferentes. Por aqui me fico em relação à questão das elegibilidades, dos valores, dos prazos. Relativamente aos prazos, faz um apontamento pertinente e devo esclarecê-lo: esta portaria, 173-A/2018, fixava um prazo muito apertado, que foi depois dilatado para 30 de Novembro, e até lá, este processo tem que estar concluído ao ponto de ter já decorrido o período de candidaturas, de ter já decorrido a apreciação técnica por parte do município, de ter sido já emitido o correspondente parecer por parte da CCDRC, o que nos deixa com prazos muito apertados e não nos permite ter prazos mais alargados, como consideramos que seria desejável, relativamente a esta matéria; até 30 de Novembro o processo tem que estar submetido ao Fundo de Apoio Municipal. Relativamente à questão dos indícios, nomeadamente as facturas da água e da electricidade, os seis meses, vale a pena relembrar que no Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente, aquilo que foi aprovado pelo Governo foram 3 meses, o que esteve em vigor no âmbito da reconstrução das habitações permanentes, electricidade e água, são 3 meses; nós estamos a considerar 6 meses para que se possa ter indício de utilização destes imóveis, porque como é óbvio, não é objectivo nem é pressuposto estar a financiar imóveis que se encontrassem devolutos e que pudessem agora ser enquadrados num instrumento como este. Relativamente à questão do conhecimento aos potenciais interessados, em reunião de Câmara foi consensualizada a iniciativa de já na segunda-feira, oficiarmos todos aqueles que constam das listagens dos levantamentos, dando-lhes conta deste



RPALus

Assembleia Municipal

processo, para começarem a preparar as respectivas candidaturas, tendo interesse nisso.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Ana Sofia Antunes** referindo que “independentemente de todas as propostas que o PS possa ter feito, em sede de reunião de Câmara, no sentido de melhorar este Regulamento e que podem ou não ser aprovadas, e eu não estava lá, não sei exactamente quais foram, mas há duas questões que me parece que são consensuais para ambas as forças políticas aqui presentes; por um lado que na reunião de Câmara teria ficado acordado que a própria redação do Regulamento preveria expressamente esta obrigação de oficial os munícipes potencialmente beneficiados por este programa, no que diz respeito ao artigo 10º, e que no artigo 17º seriam desenvolvidas diligências pelo Senhor Presidente, no sentido de se perceber até que ponto era possível dilatar, ainda que saibamos que não pode ser um dilatar muito grande, estes dez dias úteis. Não vejo expresso em nenhum destes artigos as consequências destas duas situações. Gostava de perceber o que se passa em relação a isto.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “para dar conta que se trabalhamos com uma data limite específica e tão próxima, chamava a atenção que talvez este Regulamento tivesse tido todo o interesse em ter vindo bastante mais cedo aqui à discussão; se estamos com uma espada em cima da nossa cabeça, se isto não é aprovado agora com este prazo, as pessoas perdem o apoio. E não é justo o Senhor Presidente dizer que quem já fez as obras é quem tinha mais capacidade de o fazer. Não se pode generalizar dessa forma, com certeza que muitas das pessoas algumas tinham, outras não tinham, outras tinha que ser porque senão o telhado caía; generalizar dessa maneira a questão, parece-me uma forma um bocado leviana, não no sentido de, não quero ofender, mas superficial da questão. A questão dos 6 meses é muito importante comparar com a habitação permanente ser de 3 meses, obviamente; estamos a falar de habitação permanente. Sorte seria que estivéssemos a considerar mais de 3 meses; estamos a falar de pessoas que não moram no concelho de Arganil, moram em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Paris, em Caracas, em Berlim, seja onde for, e que há anos específicos não têm possibilidade de vir a Portugal ou a Arganil, e nós queremos que essa gente venha, e que continue a vir e uma estratégia de repovoamento do município também passa por isso, por criar estratégias diferenciadoras para que esta gente seja acarinhada e acolhida. Senhor Presidente, não se esqueça que vai entregar o concelho, em 2021, com uma bitola demográfica à volta dos dez mil habitantes, e abaixo dos dez mil eleitores; vai ser a última legislatura em que vamos ter sete vereadores no executivo, e é fundamental percebermos a mudança histórica que está a acontecer.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Teixeira** dizendo “vou ler, citando a resolução do Conselho de Ministros nº 148, de 2017, que não é verdade, não foi só mesmo em Julho; este apoio já estava pré definido e estipulado antes; a



RPALWS

Assembleia Municipal

resolução, inclusive, diz o nº 2, do artigo 75º, do Orçamento de Estado para 2017, aprovado pela Lei nº 42/2016 de 28 de Dezembro, permite o recurso ao Fundo de Emergência Municipal sem verificação do requisito da declaração de situação de calamidade pública, desde que se verifiquem condições excepcionais reconhecidas por resolução do Conselho de Ministros. Para os efeitos previstos na presente resolução do Conselho de Ministros, considera-se que a verificação de uma área ardida igual ou superior a 4.500 hectares ou 10% da área do concelho, aferida através do sistema de gestão de informação de incêndios florestais, ou pelo sistema europeu de informação sobre incêndios florestais, constituem uma condição excepcional. Ora, não precisa de estar aqui explicitamente o nome Arganil, como exemplo, para facilmente se aferir que o nosso concelho estaria abrangido, integrado, e cumpriria estes requisitos para ser abrangido pelo Fundo; por isso, se algo não foi feito para que a candidatura não se iniciasse de forma mais célere, terá sido não sei, diga-me o senhor, desinteresse, impreparação, porque as palavras estão aqui, não estou a inventar nada e isto já estava previsto bem antes.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Manuel Augusto Rodrigues** dizendo que “aquilo que queria questionar, pois da reunião que tivemos, pareceu-me que tinha ficado assente na reunião de Câmara do dia 18, que as propostas feitas pelos vereadores do Partido Socialista entrariam no Regulamento; que estava incluído o prolongamento do prazo para os 25 dias. Está a levantar-se aqui um problema, pois o que acontece é que a acta que nos foi presente não contempla isso; não sei se há má fé da parte do Executivo, julgo que não, mas o problema que se põe é se pode-se ouvir a gravação da acta da reunião, através dos meios electrónicos; se ficou acordado que as propostas que o partido socialista seriam aceites, julgo que agora será uma questão, se as duas bancadas estiverem de acordo, em vez do prazo serem os 10 dias úteis, serem 25 dias úteis e o Regulamento fica automaticamente aprovado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** dizendo que “o senhor Presidente ainda não respondeu, e terá oportunidade de o fazer, mas acho que era importante clarificar o que é que, das propostas do Partido Socialista, foram ou não aprovadas em reunião de Câmara; obviamente que ainda não temos a acta, temos uma acta em minuta, e ela vale o que vale, mas certamente que a consulta aos registos magnéticos permitirá esclarecer isso. Todo o modo, isto é uma situação complicada porque implica prazos; e não tem a Assembleia Municipal competência para alterar regulamentos ou propostas de regulamentos que vêm da Câmara. O que aqui assusta é que a proposta de regulamento que vem aqui apresentada pela Câmara é exactamente igual àquela que foi submetida à Câmara, sem nenhuma alteração. Não temos nós, Assembleia Municipal, competência para a alterar. Fazendo as coisas como elas deveriam ser feitas, e reconhecendo a Câmara que efectivamente há aqui coisas que ainda não foram alteradas, ainda não ouvimos o senhor Presidente, isto implicaria alterações por parte da Câmara. Poderá haver aqui



RPA lus

Assembleia Municipal

uma aprovação condicionada, na medida em que haja depois uma rectificação novamente em reunião de Câmara; não vejo de que outra forma se possa fazer isto.”-

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “o meu entendimento é concordante no ponto em que a Assembleia Municipal não tem competência para alterar uma proposta da Câmara Municipal; houve uma reunião de Câmara em que este assunto foi debatido, havia um documento base, que foi a proposta da maioria, e que foi discutido em reunião de Câmara. É importante, desde logo, perceber se o documento que nos é aqui apresentado está de acordo com aquilo que foi decidido em reunião de Câmara; e isso, é uma questão que tem que ser falada entre os membros do executivo camarário, uma vez que nenhum de nós esteve nessa reunião; se, porventura, houver uma ou outra situação que não esteja repercutida no documento que nos é presente e que foi aprovada em reunião de Câmara, julgo que não há nenhum problema da Assembleia Municipal aprovar o documento de acordo com este entendimento de todos os membros do executivo. Se não houver entendimento relativamente a essa matéria, o documento que temos que votar é este que nos é presente. Como todos já percebemos, os prazos legais são muito apertados e, se não houver nenhuma decisão hoje sobre esta matéria, poderemos estar a colocar em risco todo o processo. Este é o entendimento do Presidente da Assembleia Municipal. Sugeriria que suspendêssemos os trabalhos por cinco minutos, no sentido de procurar resolver esta questão.”-----

-----Os trabalhos da Assembleia Municipal foram suspensos por cinco minutos, para esclarecimentos.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo que “em primeiro lugar, como é óbvio, não podemos elaborar regulamentos condicionados a legislação que não está ainda em vigor. Vale a pena sublinhar que aquilo que temos actualmente em vigor é uma alteração a esta Portaria 173-A/2018, que estabelece o prazo de 30 de Novembro para estes processos de financiamento serem submetidos ao Fundo de Apoio Municipal. Vale a pena também recordar que há um conjunto de tramitação que é necessário acautelar, desde logo, que os prazos começam a contar com a publicação em Diário da República deste Regulamento; dizia eu, que os prazos que é necessário considerar, para além daquilo que tem a ver com os prazos da candidatura, prazos para apreciação técnica dessas mesmas candidaturas, a CCDRC tem também 15 dias úteis para se pronunciar, quando estamos a considerar aqui 10 dias úteis para a candidatura, dez dias úteis para a apreciação, reconhecemos que são prazos muito curtos, mas reconhecemos também que é aquilo que é possível, neste momento, com a legislação que está em vigor. O que é que foi assumido por nós em sede de Câmara Municipal? Foi que, se eventualmente entretanto for aprovado algum outro diploma por parte do Governo, que alargue estes prazos, isso dá-nos margem para dilatar os prazos que estão aqui actualmente a ser fixados. Mas isso acontecerá, e será um processo relativamente simples, e relativamente ágil, se houver alguma alteração aos prazos que legalmente estão hoje fixados. Não



RPAWS

Assembleia Municipal

acontecendo isso, considerando os prazos em dias úteis que já aqui referi, não me parece que tenhamos aqui margem para dilatar quaisquer prazos, desde logo porque basta somar aos 25 dias úteis para as candidaturas os dez dias úteis para apreciação e os 15 dias úteis que a CCDRC tem para apreciar, e perceber, de uma forma muito fácil, que já não estaríamos no dia 30 de Novembro. Há aqui esta limitação, mas é consequência da legislação dos diplomas que estão em vigor. Volto a repetir que, se houver alguma alteração legal do prazo que está fixado, dá-nos margem para depois poder dilatar estes prazos e parece-me que poderemos todos assumi-lo que isso acontecerá de uma forma que tem que ser também formal, mas informalmente, na Câmara e no decurso desse processo, também daremos nota dessa situação aos interessados. Neste momento, com o quadro legal que está em vigor, isso não é viável. Volto a dizer que a questão do conhecimento aos potenciais interessados foi assumida, vamos fazê-lo na segunda-feira, sendo hoje o Regulamento aprovado; não vejo nenhuma necessidade desta questão estar expressamente prevista no Regulamento.-----

-----Houve depois aqui um conjunto de adjectivações a roçarem o mau gosto que, como é obvio, não merecem qualquer tipo de resposta e portanto costuma-se dizer que não insulta quem quer, insulta quem pode; por aqui me fico.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “apenas para dizer que lamentamos que tenhamos que trabalhar por causa da urgência de um prazo que poderia e deveria ter sido acautelado mais cedo; lembrar que, no caso da Pampilhosa da Serra, eles já têm o Regulamento publicado em Diário da República. Referir também que parece um pormenor mas julgamos que é um pormenor maior, que é a questão da abrangência democrática e da participação, e de dar voz aos cidadãos e aos inputs positivos que cada um deles, seja individualmente, seja no âmbito da representação em forma de partidos políticos ou de entidades ou associações, numa coisa que interessa a todos, e o senhor Presidente acabou por sublinhar que essa abrangência e a relevância de auscultação alargada, se resumiu a uma reunião ali no Largo do Pelourinho, ou seja lá onde foi, apenas aos deputados do PSD e aos presidentes das Juntas do PSD; parece-nos que fala por si e não merece grande comentário, apenas que ainda temos algum caminho para trilhar nesta questão da participação política de todos.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Ana Sofia Antunes** referindo que “pelo adiantado da hora, vou restringir-me às questões jurídicas; senhor Presidente da Câmara, por mais que tenha boa vontade nesta questão dos dez dias, na eventualidade do prazo vir a ser dilatado, só poderá alargar este mesmo prazo, se essa previsão ficar expressa no Regulamento, porque senão, já nada poderá fazer. Obviamente que esta consideração da hipótese de termos um prazo superior a dez dias úteis, no caso de vir a ser revisto o prazo limite de 30 de Novembro, também tem que ficar aqui expresso, senão não vai acontecer.”-----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “não havendo mais nenhuma intervenção, vamos votar esta proposta, uma vez que todos já concluímos que terá que haver uma decisão hoje, no sentido de garantir a exequibilidade do Regulamento que está à discussão.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** dizendo que “no seguimento da nossa intervenção, solicitamos perceber, primeiro, se vai haver uma alteração ao texto do Regulamento que foi apresentado, sob pena dele não ter efeitos práticos nesta expressão de boa vontade; se houver um prolongamento do prazo, se não estiver previsto no Regulamento que aquelas datas podem ser alteradas, decorrentes de uma indicação superior, foi referido aqui pela colega, que é jurista, que se isso não vier expresso no texto do Regulamento, essa alteração dos prazos não pode ser feita. Isso é uma precedência em relação a qualquer votação; quer dizer, não é precedência nenhuma, podemos estar aqui a discutir esta questão e o executivo manter e querer que votemos a proposta que está, e tem toda a legitimidade de o fazer.”-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “senhor deputado, julgo que a intervenção do senhor Presidente da Câmara foi muito clara, relativamente àquilo que é a proposta que está em cima da mesa. O Senhor Presidente também referiu que, se houver alguma alteração legal, que permita e que potencie uma ampliação dos prazos de apresentação de candidaturas, que está disponível para essa questão poder ser considerada. Aquilo que me parece e julgo que é aquilo que está plasmado na lei, é que, se houver alguma alteração a fazer, em termos de Regulamento, ela tem que passar na Câmara Municipal e tem que ser submetida à Assembleia Municipal; e esta, pronunciar-se-á, relativamente àquilo que for a proposta da Câmara Municipal.”-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para “dizer ao senhor deputado Miguel Pinheiro, acerca da referência que fez relativamente a um espaço que existe na proximidade do Largo Padre Manuel Vasconcelos Delgado, que essa parte da minha intervenção é a resposta à intervenção do seu camarada do lado direito, quando disse que este Regulamento era o resultado da luta dos vossos camaradas; penso que isso terá ficado bem perceptível; apenas para que não fiquem dúvidas.-----

-----Relativamente aos prazos, quero recordar, mais uma vez, que no dia 13 de Outubro terá lugar uma Assembleia Municipal extraordinária; se, entretanto, surgir algum diploma legal, que altere o prazo que está actualmente determinado, teremos toda a margem para, nessa altura, fazer uma alteração dos prazos que agora estão fixados; com os diplomas legais actualmente em vigor, parece-me que devemos manter os prazos que estão propostos neste Regulamento.”-----

-----Pedi ainda a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** dizendo que “quem fez a intervenção fui eu, e eu quando faço intervenções tenho a veleidade de esperar que me respondam, chama-se cultura democrática, não preciso que ninguém



RPALus

Assembleia Municipal

venha fazer a minha defesa de honra, porque eu própria a faço. Obviamente, que um Regulamento que é aprovado e que diz que as pessoas têm dez dias para recorrer a esta figura, se não estiver lá expressamente prevista a possibilidade de um alargamento do prazo, ou seja, no número seguinte àquele que diz que o prazo é de dez dias úteis, se não constar um outro número que diga que o prazo previsto no número anterior é alargado por mais dez dias, no caso de ser dilatado o prazo previsto, de 30 de Novembro, não há Câmara nenhuma que possa fazer nada quanto a isto. Vamos todos acreditar que somos todos pessoas de boa fé e que dia 13 de Outubro, caso haja um alargamento do dia 30 de Novembro, vamos todos aqui aprovar esta prorrogação; é algo desnecessário, porque se estamos todos aqui de boa-fé, isto ficava constante aqui, assim só nos vai trazer trabalho, estamos a falar de algo que vai acontecer daqui a 15 dias, mas tudo bem. O importante mesmo é que fique claro que no caso deste prazo de 30 de Novembro vir a ser revisto, e eu acredito que ele vai ser revisto, que dia 13 de Outubro nós vamos estar aqui novamente a falar do mesmo assunto e a discutir a mesma matéria, desnecessariamente; o que interessa aqui é o interesse das pessoas.”-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “senhora deputada, recorde, e foram essas as suas palavras, são as minhas, e é aquilo que está plasmado na lei, que a Assembleia Municipal não pode alterar uma proposta da Câmara Municipal. Esta questão relativamente a figurar uma possível prorrogação do prazo, não está, de todo, no Regulamento, nem foi aqui suscitada em momento algum. Quero também recordar que, no dia 13 de Outubro a Assembleia Municipal vai reunir, nós vamos aguardar o limite máximo para sair a convocatória, no sentido de perceber se há ou não alguma alteração legal no intuito de incluir esse ponto nessa Assembleia Municipal; julgo que estão claras as posições de todas as bancadas relativamente a esta matéria; há boa vontade por parte da Câmara, se houver uma alteração legal, no sentido de ampliar este prazo de candidaturas, e por isso julgo que estamos em condições de poder votar hoje esta proposta da Câmara Municipal, nos termos em que ela nos foi apresentada.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afectadas pelos Incêndios de 2017, com a correção proposta pelo Senhor Presidente da Câmara, ou seja, corrigir a data da reunião de Câmara em que o mesmo foi aprovado, de 4 para 18 de Setembro de 2018, na página 2 do Regulamento.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** “para justificar este voto favorável da bancada do partido socialista, que assenta no princípio de que o município e os seus munícipes estão acima de tudo e acima de qualquer guerra



RPALWS

Assembleia Municipal

política. Este Regulamento tem objectivamente que ser aprovado, porque o apoio directo às populações, é urgente, já vai tarde, e segundo a nossa leitura do que estamos a aprovar hoje poderá ser o seu resultado praticamente inócuo ou nulo. Dizemos isto na certeza de que as contribuições que foram feitas em sede do executivo pelos vereadores do partido socialista e que na altura terão tido enquadramento e aceitação por parte do executivo em funções, não foram contemplados no texto final. As razões foram de alguma forma explanadas pelo Senhor Presidente, mas assentam, sobretudo, parece-nos, numa deficiente gestão de tempo em relação a uma prioridade que é absolutamente fundamental no município; se a recuperação pós incêndio não é uma prioridade, não percebo o que é que seja. Este Regulamento merece a nossa aprovação, sublinhamos, pela importância que tem, na recuperação do edificado, na restauração da qualidade da paisagem do município, e, sobretudo, fundamentalmente, no estímulo, no apoio e no conforto que as populações nos merecem. Não é o texto de que gostamos, tem aspectos e parâmetros que fazem com que acreditemos que a sua execução prática e o tal peso do grande empréstimo, que isto vai fazer nas finanças municipais, depois daqui a uns meses faremos a leitura do montante que o município vai aprovar e depois teremos nesse momento a oportunidade de voltar a fazer uma leitura política sobre isto.”-----

7 - Apreciação e votação da actualização da lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 130/2017.-----

-----Presente a Listagem dos edifícios em apreço, bem como a informação INF/DGU/534, datada de 12/09/2018, do técnico superior António Pedro Simões, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para dizer que “só gostava de ouvir, da parte do senhor Presidente da Câmara, a razão porque é que nós, quase um ano depois, ainda estamos a actualizar a lista dos edifícios; isto posto desta forma; podem haver situações, e acho até que para que nós percebamos como está a ser feito este processo, explicar porque é que todas as vezes que vimos aqui, desde Outubro de 2017, temos uma actualização de listagens de edifícios; gostávamos de perceber porquê, até porque esta tem que ser a final, porque segunda-feira vamos oficializar estas pessoas todas, para se poderem candidatar. Esta lista tem que ser a final, na próxima reunião da Assembleia Municipal não podemos estar a actualizar porque os prazos para que os munícipes com segunda habitação possam participar, já acabaram.”-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para explicar que “estas listagens são aqui aprovadas para efeitos de isenção de IMI e para benefício de alguns dos apoios que estão previstos no Decreto-Lei 130/2017. Estes imóveis ou



REALIS

Assembleia Municipal

estas isenções implicam que haja uma identificação por um lado, na forma de número de identificação fiscal do proprietário e da identificação do respectivo imóvel; não é o resultado de uma contagem que se possa fazer no terreno, ou sequer de uma identificação geo-referenciada dos imóveis que estão arditos; isso não é suficiente, é preciso saber quem são os proprietários, ter o respectivo número de contribuinte e o número matricial do imóvel; sem estes dois elementos não é possível fazer a articulação com a Autoridade Tributária, para este benefício ser concedido. Contrariamente àquilo que é a sua opinião, pessoalmente, entendo que quem foi prejudicado, independentemente de, por alguma forma, já ter vindo manifestar à autarquia ou não que o respectivo imóvel foi destruído pelo incêndio e de ter sido verificado pelo município, independentemente disso ter acontecido ou não, entendo que nos casos em que houve de facto destruição do imóvel, independentemente do momento em que o imóvel e o proprietário são reconhecidos, parece-me que é de reconhecer este benefício. Não lhe consigo dizer, como já percebeu por aquilo que acabei de dizer, se esta é ou não a última listagem que é submetida à Assembleia Municipal. Mas é totalmente legítimo, da parte da Assembleia Municipal, tomar uma decisão de não aceitar ou de não aprovar esta ou outras listagens que no futuro venham aqui a ser apresentadas.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar a actualização da lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 130/2017.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Deputado Municipal Afonso Ferreira saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----

8 - Apreciação e votação da Actualização da Lista de Edifícios, ao abrigo da Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios do mês de Outubro de 2017.-----

-----Presente a Listagem dos edifícios em apreço, bem como a informação INF/DAGF SF/163, datada de 14/09/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** “apenas para deixar uma nota de congratulação da bancada do PSD pelo facto da Câmara ter decidido de abdicar desta receita, da receita de cerca de 11 mil e tal euros, e aliás, decisão tomada por unanimidade, em termos de arrecadação da receita do IMI, verba esta



Assembleia Municipal

que poderia ser eventualmente alocada a despesas de investimento em sectores que a Câmara achasse prioritário; e ela ser tomada por unanimidade, isto justifica que eu faça aqui esta nota.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “para relembrar ao meu caro colega deputado Luis Gomes que esta questão do IMI vem no seguimento de uma insistência muito reiterada e muito intensa nas reuniões do executivo Municipal, pela parte do partido socialista e só ao fim de muita insistência é que o executivo da Câmara e o senhor Presidente aceitaram levar a cabo esta decisão, que é um benefício grande e de uma justiça eu diria esmagadora; mas não foi fácil.”-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** dizendo que “aquilo que posso deduzir é que nós os quatro, o presidente e os 3 elementos da vereação que estão nesta mesa, de facto sentiram-se muito impressionados com essa pressão incisiva e, de uma forma temerosa, aceitaram votar favoravelmente a vossa proposta; deve ter sido isso. Estou a fazer uso de ironia, obviamente.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** “apenas para responder ao deputado Miguel Pinheiro, numa forma muito simples; realmente o partido socialista é muito hábil nestas coisas e muito persistente, segue aquele velho ditado de água mole em pedra dura, tanto bate até que fura; mas tenho que dizer uma coisa: o partido socialista é o maior, só não consegue ganhar eleições, no concelho de Arganil.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 32 votos, aprovar a actualização da lista de edifícios, ao abrigo da Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios do mês de Outubro de 2017.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

9 – Para conhecimento – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 e 30 de Abril de 2018, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/126, datada de 24/05/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



RPAL

Assembleia Municipal

10 – Para conhecimento – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Maio e 31 de Agosto de 2018, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/237, datada de 18/09/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

11 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao periodo de 01/06/2018 a 31/08/2018, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Foi ainda dada a palavra ao senhor deputado municipal **Daniel Gonçalves** para “convidar todos e dizer-vos que há uma associação do nosso concelho que este ano comemora, dentro de um mês, 150 anos; o relevo que isto tem é um relevo relativo, mas são 150 anos; não tendo expressividade e relevo que outrora haveria de ter tido, esta Associação na qual eu participo e orgulho-me de participar, ela representa 60 jovens efectivos do nosso conselho, todas as semanas, é a Associação Filarmónica Pátria Nova de Côja. Quero convidar-vos a todos a participarem nestas actividades.”-

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “o assunto foi suficientemente relevante para poder ser aberta esta excepção; ficam os parabéns, antecipadamente, à Filarmónica Pátria Nova.”-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----



Assembleia Municipal

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

Ricardo Pereira Alves

Odete Fernandes